



Contabilidade Básica

Manual do Curso de Desenvolvimento Agrário

2019

ENSINO ONLINE. ENSINO COM FUTURO

Direitos de autor (copyright)

Este manual é propriedade do Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED), e contém reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução parcial ou total deste manual, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (electrónicos, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa de entidade editora (Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)).

A não observância do acima estipulado o infractor é passível a aplicação de processos judiciais em vigor no País.

Instituto superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)

Direcção Geral

Rua Dr. Almeida Lacerda, N° 212 Ponta - Gêa

Beira - Moçambique

Telefone: +258 23 323501

Cel: +258 82 3055839

Fax: 23323501

E-mail: isced@isced.ac.mz

Website: www.isced.ac.mz

Agradecimentos

O Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED) agradece a colaboração dos seguintes indivíduos e instituições na elaboração deste manual:

Autor

SILVIO LEONARDO BERNARDINO DA SILVA

<i>Coordenação</i>	Direcção Académica
<i>Design</i>	Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (ISCED)
<i>Financiamento e Logística</i>	Instituto Africano de Promoção da Educação a Distância (IAPED)
<i>Revisor(a) Linguístico(a)</i>	Isabel Joaquim Mariano Veloso
<i>Ano de Publicação</i>	2019
<i>Local de Publicação</i>	ISCED – BEIRA

Visão geral	1
Bem-vindo à Disciplina/Módulo de Contabilidade Básica	1
Objectivos do Módulo.....	1
Quem deveria estudar este módulo	1
Como está estruturado este módulo.....	2
Ícones de actividade	4
Habilidades de estudo	4
Precisa de apoio?.....	7
Tarefas (avaliação e auto-avaliação)	8
Avaliação.....	8
TEMA – I: INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE.	11
UNIDADE TEMÁTICA 1.1. INTRODUÇÃO da contabilidade básica.....	11
Introdução.....	11
1.1.1. A evolução histórica da contabilidade.....	11
1.1.2. Conceito de contabilidade	13
1.1.3. Objecto da Contabilidade	14
1.1.4. Campo de Aplicação da Contabilidade	14
1.1.5. Finalidade da Contabilidade	14
1.1.6. Usuarios da contabilidade	14
1.1.7. Aplicação da Contabilidade	16
1.1.8. Princípios da Contabilidade	16
Sumário	17
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO	18
UNIDADE TEMÁTICA 1.2. Técnicas Contábeis.	20
Introdução.....	20
1.2.1. Escrituração	20
1.2.2. Demonstrações financeiras (Demonstrações contábeis).....	20
1.2.3. Auditoria	21
1.2.4. Análise das demonstrações financeiras.....	21
Sumário.....	21
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO	21
Exercícios do TEMA.....	23
TEMA – II: PATRIMÓNIO.	26
UNIDADE TEMÁTICA 2.1. Introdução ao estudo do património.	26
Introdução.....	26
2.1.1. Componentes do Património.....	27
2.1.2. Receitas e despesas	29
2.1.3. Equação Fundamental do Património	31
2.2.4. Situação líquida do património.....	32
Sumário.....	35
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO	35
UNIDADE Temática 2.2. Actos administrativos e factos contábeis	37

Introdução.....	37
2.2.1. Actos e factos administrativos.....	38
Sumário.....	40
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO.....	40
Exercícios do TEMA.....	41
TEMA – III: CONTAS E SUA ESCRITURAÇÃO	44
UNIDADE TEMÁTICA 3.1. Contas.....	44
Introdução.....	44
3.1.1. Plano de contas.....	44
3.1.2. Teoria das contas.....	45
3.1.3. Débito e Crédito.....	46
3.1.4. Regra de movimentação das contas.....	46
3.1.5. Razão (ou Conta T).....	47
3.1.6. Contas rectificadoras.....	48
3.1.7. Contas de compensação.....	49
Sumário.....	49
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO.....	49
UNIDADE TEMÁTICA 3.2. Escrituração.....	51
Introdução.....	51
3.2.1. Métodos de escrituração.....	52
3.2.2. Livros de escrituração.....	53
3.2.3. Livros de escrituração contábil.....	54
3.2.4. Classificação do lançamento no diário em fórmulas.....	57
3.2.5. Balancete de verificação.....	59
3.2.6. Apuração de resultado.....	61
Sumário.....	62
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO.....	63
Exercícios do TEMA.....	65
TEMA – IV: DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS	68
UNIDADE TEMÁTICA 4.1. Introdução as demonstrações contabéis.....	68
Introdução.....	68
4.1.1. Objetivo das demonstrações financeiras.....	68
4.1.2. Importância da análise das demonstrações financeiras.....	69
4.1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	70
Sumário.....	72
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO.....	72
UNIDADE TEMÁTICA 4.2. Balanço Patrimonial.....	74
Introdução.....	74
4.2.1. Estrutura e apresentação.....	75
4.2.2. Activo, Passivo e património líquido.....	76
4.2.3. Classificação do Balanço.....	80
Sumário.....	81

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO	81
UNIDADE TEMÁTICA 4.3. Demonstração de Resultados	84
Introdução.....	84
4.3.1. Conceito	84
4.3.2. Estrutura e apresentação	84
4.3.2. Composição dos principais grupos de contas da DRE	86
Sumário	88
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO	88
UNIDADE TEMÁTICA 4.4. Demonstração de fluxo de caixa	90
Introdução.....	90
4.4.1. Conceito de fluxo de caixa	91
4.4.2. Objectivo do Fluxo de Caixa.....	91
4.4.3. Conceito de Equivalente de Caixa	92
4.4.4. Demonstração do fluxo de caixa (DFC).....	92
4.4.5. Objectivos da demonstração do fluxo de caixa.....	93
4.4.6. Classificação das movimentações de caixa por actividade	94
4.4.7. Métodos de elaboração da demonstração do fluxo de caixa	96
Sumário	99
Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO	99
Exercícios do TEMA.....	101
Exercícios do MÓDULO	103
Bibliografia	113

Visão geral

Benvindo à Disciplina/Módulo de Contabilidade Básica

Objectivos do Módulo

Ao terminar o estudo deste módulo de Contabilidade Básica deverá ser capaz de: Apresentar a estrutura básica da contabilidade, destacando seus objectivos, sua sistematização, seus procedimentos concebidos para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenómenos que afectam as situações patrimoniais, financeiras e económicas das organizações.



Objectivos Específicos

- Conhecer os conceitos fundamentais da contabilidade básica;
- Saber determinar o património das instituições;
- Conhecer a movimentação das contas e sua escrituração
- Conhecer e distinguir os principais demonstrativos contábeis.

Quem deveria estudar este módulo

Este Módulo foi concebido para estudantes do 1º ano do curso de Agronegócios do ISCED. Poderá ocorrer, contudo, que haja leitores que queiram se actualizar e consolidar seus conhecimentos nessa disciplina, esses serão bem-vindos, não sendo necessário para tal se inscrever. Mas poderá adquirir o manual.

Como está estruturado este módulo

Este módulo de Contabilidade Básica, para estudantes do 1º ano do curso de Licenciatura em Agronegócios, à semelhança dos restantes do ISCED, está estruturado como se segue:

Páginas introdutórias

- **Um índice** completo.
- Uma **visão geral detalhada** dos conteúdos do módulo, resumindo os aspectos-chave que você precisa conhecer para melhor estudar. Recomendamos vivamente que leia esta secção com atenção antes de começar o seu estudo, como componente de habilidades de estudos.

Conteúdo desta Disciplina / módulo

Este módulo está estruturado em Temas. Cada tema, por sua vez comporta certo número de unidades temáticas. Cada unidade temática se caracteriza por conter uma introdução, objectivos, conteúdos.

No final de cada unidade temática ou do próprio tema, são incorporados antes o sumário e exercícios de auto-avaliação.

Os exercícios de avaliação têm as seguintes características: Puros exercícios teóricos/Práticos, Problemas não resolvidos e actividades práticas, incluído estudo de caso.

Outros recursos

A equipa dos académicos e pedagogos do ISCED, pensando em si, num cantinho, recôndito deste nosso vasto Moçambique e cheio de dúvidas e limitações no seu processo de aprendizagem, apresenta uma lista de recursos didácticos adicionais ao seu módulo para você explorar. Para tal o ISCED disponibiliza na biblioteca virtual mais material de estudos relacionado com o seu curso como: Livros e/ou módulos, CD, CD-ROOM, DVD.

Auto-avaliação e Tarefas de avaliação

Tarefas de **auto-avaliação** para este módulo encontram-se no final de cada unidade temática e de cada tema. As tarefas dos exercícios de auto-avaliação apresentam duas características: primeiro apresentam exercícios resolvidos com detalhes. Segundo, exercícios que mostram apenas respostas.

Tarefas de **avaliação** devem ser semelhantes às de auto-avaliação mas sem mostrar os passos e devem obedecer o grau crescente de dificuldades do processo de aprendizagem, umas a seguir a outras. Parte das tarefas de avaliação será objecto dos trabalhos de campo a serem entregues aos tutores/docentes para efeitos de correção e subsequentemente nota. Também constará do exame do fim do módulo. Pelo que, caro estudante, fazer todos os exercícios de avaliação é uma grande vantagem.

Comentários e sugestões

- O manual foi elaborado de acordo com o plano analítico fornecido pelo ISCED, porém acredito que para estar completo, o manual tinha de abordar sobre o inventário logo após as contas e sua escrituração e também sobre os lançamentos contabilísticos sob forma de um tema.

Ícones de actividade

Ao longo deste manual irá encontrar uma série de ícones nas margens das folhas. Estes ícones servem para identificar diferentes partes do processo de aprendizagem. Podem indicar uma parcela específica de texto, uma nova actividade ou tarefa, uma mudança de actividade, etc.

Habilidades de estudo

O principal **objectivo** deste campo é o de ensinar aprender a aprender. Aprender aprende-se.

Durante a formação e desenvolvimento de competências, para facilitar a aprendizagem e alcançar melhores resultados, implicará empenho, dedicação e disciplina no estudo. Isto é, os bons resultados apenas se conseguem com estratégias eficientes e eficazes. Por isso é importante saber **como, onde e quando** estudar. Apresentamos algumas sugestões com as quais esperamos que o estudante possa rentabilizar o tempo dedicado aos estudos, procedendo como se segue:

1º Praticar a leitura. Aprender a Distância exige alto domínio de leitura.

2º Fazer leitura diagonal aos conteúdos (leitura corrida).

3º Voltar a fazer leitura, desta vez para a compreensão e assimilação crítica dos conteúdos (ESTUDAR).

4º Fazer seminário (debate em grupos), para comprovar se a sua aprendizagem confere ou não com a dos colegas e com o padrão.

5º Fazer TC (Trabalho de Campo), algumas actividades práticas ou as de estudo de caso se existirem.

IMPORTANTE: Em observância ao triângulo **modo-espaco-tempo**, respectivamente **como, onde e quando** estudar, como foi referido no início deste item, antes de organizar os seus momentos de estudo reflita sobre o ambiente de estudo que seria ideal para si: Estudo melhor em casa/biblioteca/café/outro lugar? Estudo melhor à noite/de manhã/de tarde/fins-de-semana/ao longo da semana? Estudo melhor com música/num sítio sossegado/num sítio barulhento!? Preciso de intervalo em cada 30 minutos, em cada hora, etc.

É impossível estudar numa noite tudo o que devia ter sido estudado durante um determinado período de tempo; Deve estudar cada ponto da matéria em profundidade e passar só ao seguinte quando achar que já domina bem o anterior.

Privilegia-se saber bem (com profundidade) o pouco que puder ler e estudar, que saber tudo superficialmente! Mas a melhor opção é juntar o útil ao agradável: Saber com profundidade todos conteúdos de cada tema, no módulo.

Dica importante: não recomendamos estudar seguidamente por tempo superior a uma hora. Estudar por tempo de uma hora intercalado por 10 (dez) a 15 (quinze) minutos de descanso (chama-

se descanso à mudança de actividades). Ou seja que durante o intervalo não se continuar a tratar dos mesmos assuntos das actividades obrigatórias.

Uma longa exposição aos estudos ou ao trabalho intelectual obrigatório pode conduzir ao efeito contrário: baixar o rendimento da aprendizagem. Por que o estudante acumula um elevado volume de trabalho, em termos de estudos, em pouco tempo, criando interferência entre os conhecimentos, perde sequência lógica, por fim ao perceber que estuda tanto mas não aprende, cai em insegurança, depressão e desespero, por se achar injustamente incapaz!

Não estude na última da hora; quando se trate de fazer alguma avaliação. Aprenda a ser estudante de facto (aquele que estuda sistematicamente), não estudar apenas para responder a questões de alguma avaliação, mas sim estude para a vida, sobre tudo, estude pensando na sua utilidade como futuro profissional, na área em que está a se formar.

Organize na sua agenda um horário onde define a que horas e que matérias deve estudar durante a semana; Face ao tempo livre que resta, deve decidir como o utilizar produtivamente, decidindo quanto tempo será dedicado ao estudo e a outras actividades.

É importante identificar as ideias principais de um texto, pois será uma necessidade para o estudo das diversas matérias que compõem o curso: A colocação de notas nas margens pode ajudar a estruturar a matéria de modo que seja mais fácil identificar as partes que está a estudar e Pode escrever conclusões, exemplos, vantagens, definições, datas, nomes, pode também utilizar a margem para colocar comentários seus relacionados com o que está a ler; a melhor altura para sublinhar é imediatamente a seguir

à compreensão do texto e não depois de uma primeira leitura;
Utilizar o dicionário sempre que surja um conceito cujo significado não conhece ou não lhe é familiar;

Precisa de apoio?

Caro estudante temos a certeza que por uma ou por outra razão, o material de estudos impresso, lhe pode suscitar algumas dúvidas como falta de clareza, alguns erros de concordância, prováveis erros ortográficos, falta de clareza, fraca visibilidade, página trocada ou invertidas, etc). Nestes casos, contacte os serviços de atendimento e apoio ao estudante do seu Centro de Recursos (CR), via telefone, sms, E-mail, se tiver tempo, escreva mesmo uma carta participando a preocupação.

Uma das atribuições dos Gestores dos CR e seus assistentes (Pedagógico e Administrativo), é a de monitorar e garantir a sua aprendizagem com qualidade e sucesso. Dai a relevância da comunicação no Ensino a Distância (EAD), onde o recurso as TIC se torna incontornável: entre estudantes, estudante – Tutor, estudante – CR, etc.

As sessões presenciais são um momento em que você caro estudante, tem a oportunidade de interagir fisicamente com staff do seu CR, com tutores ou com parte da equipa central do ISCED indigitada para acompanhar as sua sessões presenciais. Neste período pode apresentar dúvidas, tratar assuntos de natureza pedagógica e/ou administrativa.

O estudo em grupo, que está estimado para ocupar cerca de 30% do tempo de estudos a distância, é muita importância, na medida em que lhe permite situar, em termos do grau de aprendizagem com relação aos outros colegas. Desta maneira ficará a saber se

precisa de apoio ou precisa de apoiar aos colegas. Desenvolver hábito de debater assuntos relacionados com os conteúdos programáticos, constantes nos diferentes temas e unidade temática, no módulo.

Tarefas (avaliação e auto-avaliação)

O estudante deve realizar todas as tarefas (exercícios, actividades e auto-avaliação), contudo nem todas deverão ser entregues, mas é importante que sejam realizadas. As tarefas devem ser entregues duas semanas antes das sessões presenciais seguintes.

Para cada tarefa serão estabelecidos prazos de entrega, e o não cumprimento dos prazos de entrega, implica a não classificação do estudante. Tenha sempre presente que a nota dos trabalhos de campo conta e é decisiva para ser admitido ao exame final da disciplina/módulo.

Os trabalhos devem ser entregues ao Centro de Recursos (CR) e os mesmos devem ser dirigidos ao tutor/docente.

Podem ser utilizadas diferentes fontes e materiais de pesquisa, contudo os mesmos devem ser devidamente referenciados, respeitando os direitos do autor.

O plágio¹ é uma violação do direito intelectual do(s) autor(es). Uma transcrição à letra de mais de 8 (oito) palavras do texto de um autor, sem o citar é considerado plágio. A honestidade, humildade científica e o respeito pelos direitos autorais devem caracterizar a realização dos trabalhos e seu autor (estudante do ISCED).

Avaliação

Muitos perguntam: Com é possível avaliar estudantes à distância, estando eles fisicamente separados e muito distantes do docente/tutor! Nós dissemos: Sim é muito possível, talvez seja uma avaliação mais fiável e consistente.

Você será avaliado durante os estudos à distância que contam com um mínimo de 90% do total de tempo que precisa de estudar os conteúdos do seu módulo. Quando o tempo de contacto presencial conta com um máximo de 10%) do total de tempo do módulo. A

¹ Plágio - copiar ou assinar parcial ou totalmente uma obra literária, propriedade intelectual de outras pessoas, sem prévia autorização.

avaliação do estudante consta detalhada do regulamento de avaliação.

Os trabalhos de campo por si realizados, durante estudos e aprendizagem no campo, pesam 25% e servem para a nota de frequência para ir aos exames.

Os exames são realizados no final da cadeira disciplina ou modulo e decorrem durante as sessões presenciais. Os exames pesam no mínimo 75%, o que adicionado aos 25% da média de frequência, determinam a nota final com a qual o estudante conclui a cadeira.

A nota de 10 (dez) valores é a nota mínima de conclusão da cadeira.

Nesta cadeira o estudante deverá realizar pelo menos 2 (dois) trabalhos e 1 (um) (exame).

Algumas actividades práticas, relatórios e reflexões serão utilizados como ferramentas de avaliação formativa.

Durante a realização das avaliações, os estudantes devem ter em consideração a apresentação, a coerência textual, o grau de cientificidade, a forma de conclusão dos assuntos, as recomendações, a identificação das referências bibliográficas utilizadas, o respeito pelos direitos do autor, entre outros.

Os objectivos e critérios de avaliação constam do Regulamento de Avaliação.

TEMA – I: INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE.

UNIDADE Temática 1.1. Introdução a contabilidade básica

UNIDADE Temática 1.2. Técnicas contábeis

EXERCÍCIOS do tema

UNIDADE TEMÁTICA 1.1. INTRODUÇÃO da contabilidade básica.

Introdução

A contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos de que se tem notícia. Surgiu da necessidade de controlo das posses e riquezas, ou seja, do património. Há a hipótese de que a contabilidade tenha surgido antes da escrita, dado a sua importância para o homem.

A importância deste ramo do conhecimento para o progresso dos negócios é indiscutível. Não se pode imaginar uma entidade, pública ou privada, detentora de património e desprovida de contabilidade. Pois através de aplicação de técnicas próprias da contabilidade, é possível controlar o quanto a entidade tem para receber e a pagar, o valor dos seus bens, enfim todas as variações ocorridas nos elementos componentes do património durante um período determinado.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Introduzir os conceitos básicos da Contabilidade, informando o que é qual o seu campo de atuação e qual a sua finalidade.
- Conhecer os usuários da contabilidade e como cada um destes faz o seu uso;
- Entender e aplicar os princípios contabilísticos.

1.1.1. A evolução histórica da contabilidade

A contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos da humanidade, e surgiu em função da necessidade que o ser humano tem de controlar suas posses e riquezas, ou seja, o seu património. É tão antiga quanto à própria humanidade. Há inclusive, hipóteses de que a contabilidade tenha surgido antes mesmo da escrita e até que tenha sido base para o surgimento desta.

Em termos históricos, registros indicam que a ciência contábil praticamente surgiu com o advento da civilização. Com a **sedentarização** da humanidade e a descoberta da capacidade do homem de armazenar bens, nasceu a necessidade de controle desses bens. Há evidências históricas de registro contábeis nas civilizações dos sumérios, babilônios, assírios, egípcios, hebreus, gregos, etc.

Já nos primeiros registros da escrita (aproximadamente em 3.000 a.C.), percebe-se a existência de um primitivo controle de riqueza e posses na civilização suméria, o mesmo povo a quem se credita a autoria do calendário e dos números decimais. Sendo a escrita uma sucessão de símbolos com significados, a probabilidade de registro de bens ser anterior ao surgimento da escrita é muito grande. Há quem defenda que os primeiros registros contábeis tenham ocorrido a mais de 6.000 anos atrás.

Podemos resumir a evolução da ciência contábil da seguinte forma:

Contabilidade do mundo antigo - período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando Leonardo Fibonacci publica o *Liber Abaci*, um compêndio sobre cálculo comercial.

Contabilidade do mundo medieval - período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, com o surgimento do *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas), de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos.



Contabilidade do mundo moderno - período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra *“La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche”*, de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

Contabilidade do mundo científico - período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje. A obra de Francesco Villa, em 1840, é

considerada o marco inicial da contabilidade como ciência.



1.1.2. Conceito de contabilidade

A Contabilidade é uma ciência aplicada que através de sua metodologia permite registrar, resumir, demonstrar e interpretar os factos administrativos, expressos monetariamente, que afectam o património (conjunto de bens, direitos e obrigações) de uma entidade (pessoa física ou jurídica).

A Contabilidade é o instrumento que fornece informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. É um conjunto de conhecimentos sistematizados, com princípios e normas próprias, ela é, na acepção ampla do conceito de ciência, uma das ciências económicas e administrativas.

Em outras palavras, podemos dizer que a função da Contabilidade é registrar e demonstrar todos os fenómenos financeiros e económicos que ocorrem no património das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse património, para a tomada de decisões de seus administradores.

Um dos objetivos da Contabilidade é gerar informações para a tomada de decisões. Por isso, é fundamental a existência de ferramentas que possibilitem conhecer a real situação e atender a esta missão. Compete à Contabilidade registrar os atos e fatos administrativos e produzir informações que possibilitem ao administrador planejar e controlar suas ações, para traçar os objetivos da entidade.

Todas as empresas nascem com uma finalidade. A grande maioria das empresas visa resultados financeiros; outras buscam resultados sociais; outras buscam expansão.

Mas no final, todas buscam atingir os objetivos traçados.

1.1.3. Objecto da Contabilidade

O objecto da contabilidade é o património das entidades. Para a Contabilidade, património é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

1.1.4. Campo de Aplicação da Contabilidade

A contabilidade é aplicada às entidades que possuem património. Essas entidades podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, de pequeno ou grande porte.

1.1.5. Finalidade da Contabilidade

A Contabilidade tem como finalidade de fornecer informações aos seus usuários, por meio do registro, controlo e interpretação dos eventos que alteram, qualitativa e quantitativamente, o património das entidades. As informações fornecidas pela Contabilidade permitem a realização de **controlo e planeamento**.

O **controlo** é o processo pelo qual a alta administração verifica se as diretrizes e políticas por ela definidas e ou pelos sócios da entidade estão sendo seguidas.

O **planeamento** é o processo pelo qual a alta administração e os sócios da entidade decidem quais acções serão tomadas para o futuro, considerando um segmento ou toda a empresa.

1.1.6. Usuarios da contabilidade

São usuários as pessoas que se interessam pela situação da empresa e buscam na Contabilidade as suas respostas. São exemplos de usuários:

- **Os administradores** - os presidentes, directores, gerentes, encarregados e analistas;
- **Os investidores** - aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável;
- **Os fornecedores** - querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas;
- **Os bancos** - emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento,

- **O governo** - quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos; e
- **Outros tantos como:** empregados, sindicatos, concorrentes, comunidade, consumidores, etc.

Geralmente, os usuários são classificados como:

a) Internos: são as pessoas internas à entidade, como é o caso do gestor e do director. Os usuários internos usam a contabilidade para ajudar no processo de tomada de decisão. Entre as diferentes situações em que é possível utilizar a contabilidade, citamos a situação na qual o administrador está estudando a viabilidade de uma filial. Por meio da mensuração do resultado pela contabilidade, será possível determinar o fechamento (ou não) desta filial.

b) Externos: são pessoas que utilizam as informações contábeis para o processo decisório. Entretanto, ao contrário dos usuários internos, o acesso às informações é mais limitado, por possuir menor possibilidade de obter informações sobre a entidade.



A **análise interna** é realizada dentro da entidade por seus próprios empregados, e visa informar administradores e directores, auxiliando-os nas tomadas de decisões. Por pertencerem à própria entidade (objecto da análise), os analistas não encontram dificuldades para colectar os dados necessários a realizar suas tarefas, tendo inclusive acesso aos controles internos. Por isso, a análise interna é considerada a mais completa.

A **análise externa** é efetuada fora da entidade (objecto da análise), e seu objectivo é informar aos interessados acerca da situação económica ou da estabilidade da entidade para concretização de negócios, concessões de créditos e financiamentos. É efetuada por profissional externo, normalmente pertencente às entidades interessadas na análise. Nesse caso, o analista tem em mãos somente as demonstrações financeiras publicadas pela entidade, além de alguns esclarecimentos adicionais, constantes dos relatórios ou das notas explicativas que acompanham as demonstrações.

Pode-se dizer que o campo de aplicação da contabilidade abrange todas as pessoas físicas e jurídicas, inclusive órgãos públicos e empresas sem finalidade lucrativa. Todos os responsáveis na gestão do património são potenciais interessados no

aprendizado das técnicas contábeis, visando o registro, gestão e controle do património, de acordo com a legislação vigente. Resumindo: a contabilidade é de interesse de pessoas físicas e jurídicas, independente da forma jurídica de constituição da empresa, sua composição societária, seu porte, ramo de atividade, seu enquadramento legal para recolhimento de impostos e até mesmo sua finalidade.

1.1.7. Aplicação da Contabilidade

São vários os usuários da Contabilidade, externos ou internos às entidades, com necessidades e objectivos diferentes ao analisarem as informações contábeis.

Um usuário pode necessitar de informações contábeis que permitam avaliar o desempenho da administração, outro pode necessitar de informações que permitam avaliar a regularidade fiscal e tributária da entidade, outro de informações que permitam avaliar os riscos de se emprestar ou aportar recursos em uma entidade.

Assim, tendo em vista que os usuários buscam informações diferentes, a Contabilidade pode ser dividida em ramos, considerando a natureza e finalidade das informações geradas.

De forma geral, a Contabilidade aplicada a todas as empresas é denominada Contabilidade Básica e baseia-se nos Princípios de contabilidade. Com o objectivo de gerar informações mais específicas a determinados usuários, a contabilidade pode ser segmentada em Contabilidade de Gerência (normalmente destinada aos usuários internos), Contabilidade Fiscal (o Governo é seu principal usuário) entre outras especializações.

1.1.8. Princípios da Contabilidade

A informação contabilística para ser útil, terá que ser capaz de proporcionar interpretações credíveis aos utilizadores da informação financeira, mas para que tal aconteça, deve ser elaborada de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA), nomeadamente:

- 1. Princípio da Continuidade:** A empresa é uma entidade que opera num âmbito temporal indefinido, entendendo-se por consequência, que não tenciona nem necessita de entrar em liquidação.
- 2. Princípio da Consistência:** A empresa mantém as suas políticas contabilísticas durante os vários anos de exercícios, devendo indicar no anexo as alterações consideradas materialmente relevante.

- 3. Princípio da Prudência:** A empresa deve acautelar nas suas estimativas de reservas ocultas e excessivas provisões, que afectem a quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.
- 4. Princípio da especialização dos exercícios:** A empresa deve reconhecer os ganhos e gastos à medida que eles ocorram, devendo incluir nas DF's a que dizem respeito.
- 5. Princípio do custo histórico:** A empresa deve efectuar os registos contabilísticos com base nos custos de aquisição ou de produção.
- 6. Princípio da substância sobre a forma:** A empresa deve contabilizar as operações com base na sua substância e realidade financeira, e não apenas à sua forma legal. Ex: um activo que esteja a render juros é vendido e o vendedor continuar a usufruir dos juros. Aí não houve a realidade financeira. O comprador, é que deve usufruir dos juros.

- 7. Princípio da materialidade:** As demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos relevantes, que dizem respeito sobre o que foi realizado, sem que seja ocultada nenhuma informação, para melhor apreciação por parte dos utentes.
- 8. Princípio da fiabilidade:** A empresa deve reportar a sua informação de maneira fidedigna ou fiável, de todas as operações e outros acontecimentos que ela pretende representar, isenta de erro material.
- 9. Princípio da relevância:** A informação da empresa, deve ser relevante para as necessidades de tomada de decisões por parte dos utilizadores, para avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros.
- 10. Princípio da comparabilidade:** Os utilizadores, devem ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade no decurso do tempo a fim de identificarem tendências na posição financeira e no desempenho dessa entidade.

Sumário

De forma sumérica podemos afirmar que a origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registos do comércio.

A contabilidade é a ciência que estuda o património das entidades (pessoas físicas e jurídicas). Tendo como objectivo primordial a geração de informações para a tomada de decisões por parte dos seus usuários que podem ser Internos, pessoas internas à entidade, como é o caso do gestor e do director, ou externos, pessoas que utilizam as informações contábeis para o processo decisório, estes podem ser investidores,

fornecedores, bancos, clientes, entre outros.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. A contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos de que se tem notícia. Esta ciência surgiu da necessidade de?

a. Controlo das posses e riquezas dos outros.

b. Controlo do património

c. Contagem das ovelhas que detinham no tempo.

2. Das afirmações que se seguem o que constitui conceito de contabilidade?

a. A Contabilidade é o instrumento que fornece informações inúteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.

b. A Contabilidade é uma ciência aplicada que através de sua metodologia permite registrar, resumir, demonstrar e interpretar os factos particulares.

c. A contabilidade é a ciência do património.

3. O objecto de estudo da contabilidade é?

a. O património das entidades.

b. O conjunto de bens e direitos das obrigações deixando de lado as obrigações.

c. O conjunto de bens e obrigações não incluindo os direitos.

4. Assinale a opção correta relativamente ao princípio do registro pelo valor original.

a. Uma vez integrados ao património, os componentes patrimoniais ativos e passivos devem ser mantidos pelo seu custo histórico.

b. Quando da integração dos activos ao património da entidade, estes devem ser registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que forem entregues para adquiri-los na data da aquisição.

c. Descontando-se o fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade, chega-se ao valor justo.

5. Dos usuários da contabilidade os investidores são?

a. Aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável.

b. Aqueles que emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento.

c. Aqueles que querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas

6. Da finalidade da contabilidade, o Controlo é?

a. O processo pelo qual a alta administração e os sócios da entidade decidem quais acções serão tomadas para o futuro, considerando um segmento ou toda a empresa.

b. O processo pelo qual a alta administração verifica se as diretrizes e políticas por ela definidas e ou pelos sócios da entidade estão sendo seguidas.

c. O processo pelo qual a alta os investidores da entidade decidem quais acções serão tomadas para o futuro, considerando um segmento ou toda a empresa.

7. Se um profissional da contabilidade empreender actividade profissional diversa, haverá conflito de interesse com ameaça aos princípios éticos somente quando a outra actividade por ele exercida requerer habilidades contábeis ou relacionadas a questão particular sob seu exame.

a. Certo

b. Errado

8. Os usuários da contabilidade podem ser divididos em internos e externos, em que os externos são?

a. Pessoas externas à entidade, como é o caso do gestor e do director.

b. Pessoas externas a empresa que utilizam as demonstrações financeiras para saber o estado financeiro da empresa e mais nada.

c. Pessoas que utilizam as informações contábeis para o processo decisório.

9. Pode-se dizer que o campo de aplicação da contabilidade abrange apenas as pessoas físicas, inclusive órgãos públicos e empresas sem finalidade lucrativa.

- a. Certo
- b. Errado

10. A contabilidade desempenha funções administrativa, económica e jurídica.

- a. Certo
- b. Errado

UNIDADE TEMÁTICA 1.2. Técnicas Contábeis.

Introdução

A Contabilidade estuda e controla o património das entidades por meio das técnicas contábeis.



Objectivos específicos

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:

- Conhecer as principais técnicas contábeis;
- Descrever o conceito de escrituração;
- Saber quais os objectivos das demonstrações financeiras

1.2.1. Escrituração

Os eventos que alteram o património das entidades e que, conseqüentemente, são captados, estudados e avaliados pela contabilidade devem ser registrados. A escrituração é o registro desses eventos em livros (impressos ou eletrónicos) apropriados, revestidos de formalidades intrínsecas e extrínsecas que assegurem a confiabilidade e tempestividade dos factos contábeis. Estudaremos mais detalhadamente a escrituração contábil em tema específico.

1.2.2. Demonstrações financeiras (Demonstrações contábeis)

Conjunto de demonstrativos e quadros técnicos padronizados por normas contábeis, com informações extraídas dos livros e documentos que compõem o sistema contábil de uma entidade. As demonstrações financeiras têm como objectivo

evidenciar a situação patrimonial e financeira de uma entidade. Também estudaremos mais detalhadamente as demonstrações financeiras em tema específico.

1.2.3. Auditoria

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objectivo a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis, consoante os princípios de contabilidade e a legislação societária.

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

1.2.4. Análise das demonstrações financeiras

Consiste na aplicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação económica, financeira e patrimonial. A análise das demonstrações financeiras de uma entidade permite avaliar o seu prazo médio de recebimento, nível de endividamento, necessidade de capital de giro, liquidez etc.

Sumário

A escrituração é o registro dos eventos que alteram o património das entidades em livros apropriados, revestidos de formalidades intrínsecas e extrínsecas que assegurem a confiabilidade e tempestividade dos fatos contábeis.

As demonstrações financeiras têm como objetivo evidenciar a situação patrimonial e financeira de uma entidade.

A análise das demonstrações financeiras de uma entidade permite avaliar o seu prazo médio de recebimento, nível de endividamento, necessidade de capital de giro, liquidez.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. Das afirmações que se seguem, qual constitui o conceito de escrituração?

a. A escrituração é o registro dos eventos que não alteram o património das entidades e que, devem, estudados e avaliados pela contabilidade devem ser registrados.

b. A escrituração é o registro dos eventos que alteram o património das entidades e que, conseqüentemente,

são captados, estudados e avaliados pela contabilidade devem ser registrados.

c. A escrituração é o registro em livros (impressos ou eletrônicos) apropriados, revestidos de formalidades apenas intrínsecas.

2. As demonstrações financeiras têm como objectivo evidenciar a situação patrimonial e financeira de uma entidade.

a. Certo.

b. Errado.

3. Uma das técnicas contábeis da contabilidade é a auditoria, como funcionam os procedimentos de auditoria na contabilidade?

a. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

b. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas mais ou menos suficientes para fundamentar sua opinião sobre o balanço.

c. Os procedimentos de auditoria tem por objectivo a emissão de parecer sobre a adequação da demonstração de fluxo de caixa, consoante os princípios de contabilidade e a legislação societária.

4. Em que consiste a análise das demonstrações financeiras?

a. Consiste na implicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação económica, financeira e patrimonial.

b. Consiste na análise do balanço de uma entidade permite avaliar o seu prazo médio de recebimento, nível de endividamento, necessidade de capital de giro, liquidez.

c. Consiste na aplicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação económica, financeira e patrimonial.

5. A escrituração é o registro dos eventos que não alteram o património das entidades e que, devem, estudados e avaliados pela contabilidade devem ser registrados.

a. Certo.

b. Errado.

6. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

a. Certo.

b. Errado.

7. Análise das demonstrações contábeis é uma função que tem como metodologia comparar receita, lucro ou património líquido em um mesmo período para informar ao sistema sua evolução contábil.

a. Certo.

b. Errado.

Exercícios do TEMA

1. Assinale a alternativa que define corretamente a Contabilidade.

a. É uma ciência que se desenvolve com o objectivo de controlar o caixa de uma entidade financeira. São entidades financeiras todas aquelas que possuam uma conta caixa.

b. É uma ciência que define na empresa um sistema de informações contábil que tem por objectivo subsidiar a tomada de decisões sobre entidades económicas. São entidades económicas pessoas físicas ou jurídicas que tomem decisões sobre recursos económicos.

c. Corresponde ao registro dos itens do activo e do passivo que tenham ou não valor económico. O valor económico de um activo é definido como sendo o seu custo histórico de aquisição.

2. Uma empresa possui uma marca de fama mundial, que a possibilita vender seus produtos a um preço maior do que os dos seus concorrentes, uma vez que seus clientes valorizam a marca como sendo de qualidade, confiança e inovadora. Do ponto de vista contábil, essa marca:

a. Não tem nenhum valor.

b. Constitui-se num activo intangível.

c. Gerencialmente, não pode ser contabilizada.

3. Julgue os itens a seguir, relativos a conceitos, objectivos e finalidades da contabilidade. A contabilidade se define, actualmente, como a ciência do património, cujo objectivo é captar os elementos sensíveis, perceptíveis e habituais de transacções que afectem a riqueza das organizações.

a. Certo

b. Errado

4. Permitir o planeamento, o controlo e a análise patrimonial com vistas à tomada de decisão constitui objectivo da ciência contábil.

a. Certo

b. Errado

5. A contabilidade consiste no registo das operações de determinada entidade em livros mantidos para essa finalidade.

a. Certo

b. Errado

6. Em que consiste a análise das demonstrações contábeis?

a. Consiste na implicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação económica, financeira e patrimonial.

b. Consiste na análise do balanço de uma entidade permite avaliar o seu prazo médio de recebimento, nível de endividamento, necessidade de capital de giro, liquidez.

c. Consiste na aplicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação económica, financeira e patrimonial.

7. Em função de factores como a mensuração do activo pelo valor presente, o princípio do registo pelo valor original é compatível com a variação do custo histórico.

a. Certo

b. Errado

8. De acordo com o princípio da competência, as transacções devem ser registradas no período contábil em que foram efectivamente pagas ou recebidas.

a. Certo

b. Errado

9. A contabilidade consiste no registo das operações de determinada entidade em livros mantidos para essa finalidade.

a. Certo

b. Errado

10. Uma das técnicas contábeis da contabilidade é a auditoria, como funcionam os procedimentos de auditoria na contabilidade?

a. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

b. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas mais ou menos suficientes para fundamentar sua opinião sobre o balanço.

c. Os procedimentos de auditoria tem por objectivo a emissão de parecer sobre a adequação da demonstração de fluxo de caixa, consoante os princípios de contabilidade e a legislação societária.

TEMA – II: PATRIMÓNIO.**UNIDADE Temática 2.1. Introdução ao Estudo do Património****UNIDADE Temática 2.2. Actos administrativos e factos administrativos****EXERCÍCIOS do tema**

UNIDADE TEMÁTICA 2.1. Introdução ao estudo do património.

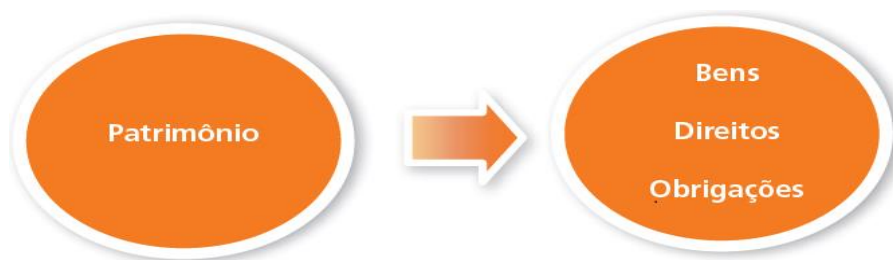
Introdução

Já foi possível perceber que a história da contabilidade está ligada ao controle do património e suas mutações. Portanto, a partir de agora, vamos conhecer requisitos fundamentais para o controlo do património.

A princípio, quando se fala em património, pensamos ser tudo o que a pessoa tem, ou seja, nas posses. Porém, com a evolução das relações comerciais, juntou-se ao património também os direitos e as obrigações das pessoas. Assim, o património é o conjunto dos bens, direitos e as obrigações.

O termo património significa, a princípio, o conjunto de bens e direitos pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa. Porém, apenas os bens e direitos não identificam a verdadeira situação de uma pessoa física ou jurídica, se faz necessário considerar também as obrigações (dividas) referentes aos bens ou direitos.

A representação gráfica do Património é o Balanço Patrimonial, no qual são registados os bens, direitos e obrigações de uma entidade.



Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:

**Objectivos
Específicos**

- Conhecer os componentes do património;
- Distinguir os bens, direitos e obrigações;
- Ser capaz de determinar o património líquido de uma empresa;

2.1.1. Componentes do Patrimônio

2.1.1.1. Activo

O activo compreende os bens e os direitos controlados pela entidade e expresso em moeda e possuem a característica de gerar benefícios de fluxos de caixa futuros para a entidade.

Os componentes do activo, por convenção, são registrados no lado esquerdo do Balanço Patrimonial.

1. Bens

São os elementos que podem ser avaliados monetariamente e podem ser destinados para uso, troca ou venda. Os bens possuem utilidade, pois são eles que satisfazem as necessidades de seus proprietários.

Na sequência, algumas classificações de bens importantes na contabilidade:

- **Bens Permanentes** – São bens que possuem vida longa, e são adquiridos para serem utilizados na empresa, ou seja, não são destinados à venda. **Ex:** veículo, máquinas, ferramentas.
- **Bens de Consumo** – São adquiridos para utilização dentro da empresa, e que serão consumidos a curto prazo, geralmente dentro do próprio exercício em que foram adquiridos. **Ex:** Material de expediente, material de limpeza.
- **Bens móveis** – são bens suscetíveis de remoção sem dano em seu estado físico e de utilização. **Ex:** Veículos, animais, máquinas, móveis, equipamentos.
- **Bens imóveis** – bens que não podem ser deslocados de seu lugar de origem (solo e subsolo) sem dano físico ou de utilização. São aqueles que se deslocados terão que ser total ou parcialmente danificados. **Ex:** Casa, terreno, edifício, reflorestamento, etc.
- **Bens Corpóreos (tangíveis)** – são bens que constituem corpo físico, ou seja, possuem matéria e podem ser tocados. **Ex:** Carros, máquinas, mercadorias, enfim a grande maioria dos bens.
- **Bens incorpóreos (intangíveis)** – são bens que não constituem matéria, ou seja, não podem ser tocados. Mesmo assim, esses bens são passíveis de avaliação económica e devem ser registrados na contabilidade por seu valor de mercado. **Ex:** Nome comercial, benfeitoria em imóvel de terceiros, fundo de comércio, marca, patente, licença de uso de direitos autorais, licença de uso de marca, entre outros.

2. Direitos

São os elementos que representam os bens que estão em poder de terceiros.

Geralmente aparecem acompanhados da expressão “a receber”, “a compensar”, a “recuperar”, “a creditar”, ou outra similar, indicando a promessa de recebimento ou que permita recuperar parte do bem transferido.

Exemplos de contas contábeis do activo que representam direitos:

- **Cientes ou Duplicatas a receber:** regista o direito de receber determinado valor por venda de activos ou por prestação de serviços para recebimento a prazo;
- **Adiantamento de salários:** regista o direito de a entidade compensar o valor adiantado a empregado quando ocorrer o posterior pagamento do salário;

Duplicata é um título de crédito emitido pelo credor em uma transacção de compra e venda de mercadorias ou de prestação de serviços. A entidade vendedora ou prestadora do serviço emite uma duplicata para cobrança da mercadoria vendida ou do serviço prestado, a qual deverá ser aceita pelo comprador (devedor). Assim:

- *Duplicata emitido = vendedor (direito, activo);*
- *Duplicata aceita = devedor (obrigação, passivo).*

Neste sentido, podemos afirmar que o **activo** representa os valores positivos do património (**bens + direitos**). É onde estão aplicados os recursos da empresa.

Para ser activo é necessário que qualquer item preencha quatro requisitos simultaneamente:

- a) Constituir bem ou direito da empresa.
- b) Ser de propriedade, posse ou controlo de longo prazo da empresa.
- c) Ser mensurável monetariamente.
- d) Trazer benefícios presentes ou futuros.

2.1.1.2. Passivo

Basicamente, são todas as obrigações a pagar que a empresa possui, ou seja, são compromissos para com terceiros devido ao consumo de recursos.

Exemplos de compromissos registrados no Passivo: fornecedores, contas a pagar, empréstimos a pagar, financiamentos a pagar, salários a pagar, entre outros.

Os elementos do Passivo, por convenção, são registrados no lado direito do Balanço Patrimonial.

1. Obrigações

É a responsabilidade de pagamento por bens adquiridos ou despesas realizadas.

São bens de propriedade de terceiros que estão em poder da empresa, ou são dívidas contraídas em virtude de despesas. Quando se compra um bem ou se contrata um serviço, tanto um quanto o outro devem ser pagos. Portanto, temos aqui uma obrigação, uma dívida que poderá ser paga imediatamente ou a prazo. As obrigações na contabilidade recebem o nome técnico de exigível, por se exigir da empresa o pagamento das dívidas. Assim, quando uma empresa compra

mercadoria a prazo, ela passa a ter a obrigação de pagar o valor da compra no prazo acordado.

Uma despesa sempre vai gerar também um pagamento, portanto uma obrigação. As obrigações representam as dívidas com terceiros, ou seja, com as pessoas de fora da empresa. Geralmente aparecem acompanhadas da expressão: “a pagar”, “a recolher”, “passivos”, “a liquidar” ou outra similar.

Assim, por exemplo, a aquisição a prazo de mercadorias ou de serviços resulta em contas a pagar, e a obtenção de um empréstimo resulta na obrigação de liquidá-lo. São exemplos de contas do passivo/obrigações:

- **Fornecedores ou Duplicatas a pagar:** registra a obrigação da entidade de pagar determinado valor por compras ou contratação de serviços a prazo;
- **Empréstimos e financiamentos obtidos;**
- **Provisões passivas** – 13º salário, de férias, de contingências etc.;
- Notas promissórias a pagar (ou emitidas);
- Tributos a recolher (ou a pagar);
- Salários a pagar.

2.1.1.3. Património Líquido (PL)

O património líquido é a diferença entre os valores positivos (bens mais direitos) menos os valores negativos (obrigações). Neste espaço, fica registrado o capital investido na empresa, chamado de capital social, as reservas de recursos (uma poupança com finalidade específica) e também os lucros ou prejuízos que a empresa obtém. Como este saldo mostra a participação dos sócios na empresa, o património líquido é conhecido como capital próprio (capital dos sócios). Exemplo: capital social, reserva de capital, reserva legal, prejuízos acumulados.

2.1.2. Receitas e despesas

As receitas e as despesas são conhecidas como variações patrimoniais e não são contas patrimoniais, ou seja, não são contas do activo, do passivo e do património líquido.

Quando somadas as receitas e despesas de uma entidade, chega-se ao resultado em determinado período. Se as receitas foram superiores às despesas, a entidade apurou **lucro líquido**. Se as despesas foram superiores às receitas, a entidade apurou **prejuízo**. Esse resultado, lucro líquido ou prejuízo, é registrado no património líquido. Daí, conclui-se que receitas têm efeito positivo no PL, e as despesas têm efeito negativo no PL.

2.1.2.1. Receitas

Correspondem às variações patrimoniais que aumentam o património líquido de uma entidade em determinado período, seja por um evento que provocou um aumento do activo sem o correspondente aumento do passivo, seja pelo evento que provocou uma redução do passivo sem o correspondente decréscimo do activo. **São exemplos de receita:** rendimentos de aplicações financeiras, pagamento de uma dívida com desconto, recebimento de um direito com juros, recebimento de uma doação etc.

O Pronunciamento Conceitual Básico CPC Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis define assim as receitas: “são aumentos nos benefícios económicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de activos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do património líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade”.

2.1.2.2. Despesas

Correspondem às variações patrimoniais que reduzem o património líquido de uma entidade em determinado período, seja por um evento que provocou uma redução do activo sem a correspondente diminuição do passivo, seja pelo evento que provocou um aumento do passivo sem o correspondente incremento do activo. São exemplos de despesa: baixa de um activo por perda ou perecimento, pagamento de uma dívida com juros, recebimento de um direito com desconto, registro de uma dívida sem registro de um activo correspondente etc.

Para outro autor as despesas são decréscimos nos benefícios económicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de activos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do património líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade”.

Origens e Aplicações de Recursos:

Uma entidade pode obter recursos de terceiros (aumento do passivo), dos sócios (aumento do património líquido) ou de suas actividades (venda (redução) de activos ou por meio de receitas). Esses recursos são aplicados na aquisição de novos activos (aumento do activo), no pagamento de dívidas junto a terceiros (redução de passivo), no pagamento de despesas ou destinados aos sócios (redução do património líquido).

Exemplo: Uma empresa adquiriu uma máquina para o seu activo imobilizado mediante a obtenção de um empréstimo bancário.

Origem dos recursos: **empréstimo bancário (aumento do passivo).**

Aplicação dos recursos: **máquina no activo imobilizado (aumento do activo).**

Assim, pode-se preparar o seguinte demonstrativo sobre os eventos que se caracterizam origens e destinos de recursos:

ACTIVO	PASSIVO
Aumento de activo = aplicação de recursos	Aumento de passivo = origem de recursos Redução de passivo = aplicação de recursos
Redução de activo = origem de recursos	PATRIMÓNIO LÍQUIDO (PL)
	Aumento do PL = origem de recursos Redução do PL = aplicação de recursos

2.1.3. Equação Fundamental do Património

A principal representação do património de uma entidade pela contabilidade é o balanço patrimonial. O balanço patrimonial, que será apresentado mais detalhadamente em tema específico, apresenta, qualitativa e quantitativamente, os bens, direitos e obrigações de uma entidade em determinada data.

O balanço patrimonial é um quadro no qual o activo de uma entidade é apresentado do lado esquerdo e o passivo e património líquido são apresentados do lado direito, conforme demonstrado a seguir:

ACTIVO 1000,00Mt	PASSIVO 800,00Mt
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO (PL) 200,00Mt

Os valores apresentados no activo, passivo e património líquido têm como finalidade demonstrar o obrigatório equilíbrio (balanço) dessa representação do património, onde o património líquido sempre terá o valor da diferença entre o valor do activo e o valor do passivo. Assim, partindo desse pressuposto de equilíbrio, chegamos à seguinte equação fundamental do património:

$$\text{ACTIVO} = \text{PASSIVO} + \text{PATRIMÓNIO LÍQUIDO}$$



$$\begin{array}{ccc} \text{Activo} & = & \text{Passivo} \\ \text{(Bens + Direitos)} & & \text{(Obrigações + PL)} \end{array}$$

Figura # - Balança do património activo e passivo

2.2.4. Situação líquida do património

É a diferença entre o activo e o passivo, podendo apresentar três situações líquidas:

1ª Situação: Quando o activo é maior que o passivo, resultando uma situação líquida activa, também chamada positiva, superavitária ou favorável.

Configuração 1: Passivo > 0 Configuração 2: Passivo = 0 (zero)

ACTIVO	PASSIVO
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO (PL)

ACTIVO	PATRIMÓNIO LÍQUIDO (PL)
--------	-------------------------

As configurações patrimoniais nº 1 e 2 demonstram uma entidade com excesso de bens e direitos (activo) em relação às suas obrigações (passivo exigível), representando um estado favorável, superavitário, activo ou positivo.

Na configuração patrimonial nº 1, os activos da entidade são suficientes para quitar suas obrigações, restando ainda recursos para os sócios. Já na configuração patrimonial nº 2, os sócios detém integralmente os activos da entidade.

2ª Situação: Quando o activo é igual ao passivo, resultando em uma situação nula. Nesse caso o capital foi absorvido e todo o património pertence a terceiros, considerando que o total dos bens e direitos é igual ao das obrigações.

Configuração 3: Património líquido = 0 (zero)

ACTIVO	PASSIVO
--------	---------

cujo valor total dos bens e direitos (activo) é igual ao valor total de suas obrigações (passivo exigível), representando um estado compensado ou nulo, no qual o valor do PL é zero.

Nesse estado patrimonial, os activos da entidade são suficientes apenas para quitar suas obrigações, não restando recursos para os sócios.

3ª Situação: Quando o activo é menor que o Passivo resultando em uma situação líquida passiva, também denominada negativa, deficitária ou desfavorável. Nesse caso há um *deficit* patrimonial ou passivo a descoberto.

Configuração 4: Ativo > 0 (zero) Configuração 5: Ativo = 0 (zero)

ACTIVO	PASSIVO
	PL (-)

PASSIVO
PL (-)

A configuração patrimonial nº 3 demonstra uma entidade

Nesse estado patrimonial, a entidade possui obrigações (passivo exigível) em montante superior ao valor total dos bens e direitos (activo), representando um estado deficitário, negativo, desfavorável ou passivo.

Em ambas as situações, nas quais o valor do passivo é maior que o valor do activo, o PL sempre apresentará valor negativo. Esse estado patrimonial também é denominado passivo a descoberto. Nesse estado patrimonial, os activos da entidade (se existentes) são insuficientes para quitar suas obrigações.

Conforme as normas contábeis vigentes, nos estados patrimoniais onde há passivo a descoberto, o património líquido deverá ser apresentado com sinal negativo abaixo do passivo exigível.

Exemplo prático

O ISCED Centro de Recursos de Quelimane, feito o registo do património em 31/01/2019, constatou que tinha os seguintes elementos patrimoniais:

Material de escritório.....	7500,00 mts
Dívida a Escola 25 de Setembro.....	37.000,00 mts
Rendas do Edifício por pagar	40.000,00 mts
Mobiliários diversos.....	150.000,00 mts
Depósitos a ordem no BIM.....	70.000,00 mts
Adiantamento aos funcionários.....	44.000,00 mts
Dinheiro em cofre.....	90.000,00 mts
Subsídio de férias por pagar.....	60.000,00mts

- Determine o Activo
- Determine o Passivo
- Determine o Património Líquido e diga qual a situação financeira da empresa.

Resolução

Activo = Material de escritório + Mobiliários diversos + Depósitos a ordem no BIM + Adiantamento aos funcionários + Dinheiro em cofre

Activo = 7500 + 150.000 + 70.000 + 44.000 + 90.000 = **361.500,00Mt**

Passivo = Dívida a Escola 25 de Setembro + Rendas do Edifício por pagar + Subsídio de férias por pagar

Passivo = 37.000 + 40.000 + 60.000 = **137.000,00M**

Património Líquido = Activo – Passivo

Património Líquido = 361.500 - 137.000 = 224.500,00Mt

A empresa apresenta uma situação líquida positiva,

Sumário

Nesta Unidade temática 2.1. estudamos e discutimos fundamentalmente sobre a introdução ao estudo do património, em que vimos de forma geral sobre o património das entidades. Abordou-se nesta unidade os conceitos de activo, passivo e o património líquido que é determinado à partir da subtração entre o activo e o passivo. O património líquido pode assumir três resultados, sendo património líquido positivo, quando o activo é maior que o passivo, património líquido nulo quando o activo se iguala ao passivo e património líquido negativo quando o passivo é maior que o activo.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. O que constitui o Património?
 - a. O património é um conjunto de bens, direitos e dividas a receber.
 - b. O património é um conjunto de bens, direitos e obrigações.**
 - c. O património é um conjunto de obrigações e direitos.
2. A representação gráfica do Patrimônio é o Balanço Patrimonial, no qual são registrados os bens, direitos e dividas a receber de uma entidade.
 - a. Certo
 - b. Errado**
3. Qual é o conceito do activo?
 - a. Activo é um conjunto de bens e direitos controlados pela entidade.**
 - b. Activo é um conjunto de bens e obrigações controlados pela entidade.
 - c. Activo é um conjunto de direitos e obrigações controlados pela entidade.
4. Qual é a diferença existente entre o activo e passivo?

a. A diferença entre activo e passivo é que diferentemente do activo, o passivo versa tudo o que a empresa detém.

b. A diferença é que o activo compreende os bens e os direitos controlados pela entidade enquanto o passivo são todas as obrigações a pagar que a empresa possui.

c. A diferença é que o activo compreende as obrigações controlados pela entidade enquanto o passivo são todas os bens e os direitos a pagar que a empresa possui.

5. Um dos constituintes do activo são os bens, como podemos classificar os bens de consumo?

a. São bens suscetíveis de remoção sem dano em seu estado físico e de utilização.

b. Bens que não podem ser deslocados de seu lugar de origem (solo e subsolo) sem dano físico ou de utilização. São aqueles que se deslocados terão que ser total ou parcialmente danificados.

c. São adquiridos para utilização dentro da empresa, e que serão consumidos a curto prazo, geralmente dentro do próprio exercício em que foram adquiridos.

6. Conceitue os bens tangíveis?

a. Podemos considerar os bens tangíveis as marcas das empresas.

b. Os bens tangíveis são aqueles que não podemos senti-los.

c. Os bens tangíveis são aqueles que podemos tocar ou sentir.

7. Das afirmações que se seguem escolhe a qua constitui diferença entre os direitos e obrigações?

a. Os direitos constituem os bens da entidade que estão em poderes de terceiro enquanto as obrigações constituem os bens que estão em poder da entidade mas que são de terceiros.

b. Os direitos são dividas que a empresa tem a pagar terceiros e obrigações as dividas que a empresta tem a receber de terceiros.

c. Os direitos são compromissos para com terceiros devido ao consumo de recursos e as obrigações são os compromissos de terceiros para com a empresa.

8. O que pode constituir uma obrigação para as empresas?

a. Clientes.

b. Duplicatas a pagar.

c. Empréstimos concedidos.

9. Como se determina o património líquido de uma entidade?

a. Bens + Direitos – Obrigações.

b. Bens – Direitos – Obrigações.

c. Bens + Direitos + Obrigações.

10. Dentro do património podemos encontrar as origens de recursos e as aplicações de recursos, onde se originam os recursos e onde podemos aplicar?

a. Podemos obter uma origem de recursos através de uma dívida a um cliente.

b. Podemos obter uma origem de recursos através de um empréstimo bancário e aplicar a compra de uma máquina.

c. Podemos aplicar um recurso através de um empréstimo cujo obter-se material do fornecedor a prazo.

UNIDADE Temática 2.2. Actos administrativos e factos contábeis

Introdução

Durante o exercício fiscal, os administradores e funcionários da empresa, no exercício de suas funções, praticam diversas acções. Estas acções são actos dentro da organização, sendo que muitos desses actos devem ser registrados pela contabilidade, por alterarem a situação patrimonial e o resultado da empresa. Mas existem actos que não produzem alterações patrimoniais e de resultado e, portanto, não necessitam ser registrados. É o caso de decisões normais sobre a conduta dentro da organização; elaboração de manuais de procedimentos; reuniões; aplicação de advertências e até mesmo a contratação ou demissão de funcionários. Observe que o acto de contratar ou demitir não gera lançamento contábil no momento, mas produzirá factos contábeis que gerarão lançamentos futuros, quando forem realizados pagamentos a este funcionário. Outros actos geram factos contábeis imediatamente, por alterar a situação patrimonial e/ou de resultado e deverão ser registrados.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



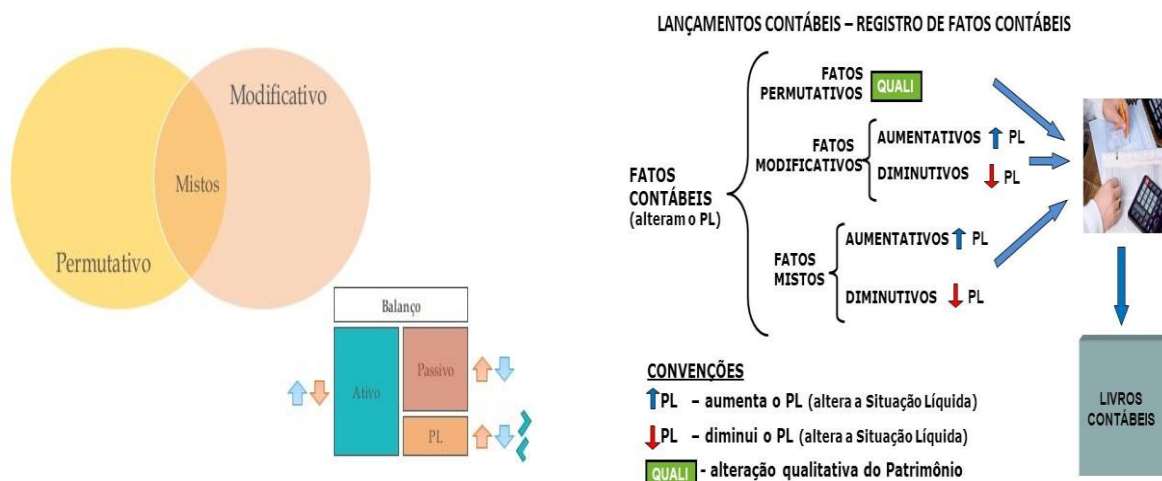
Objectivos específicos

- Distinguir os factos contábeis permutativos, modificativos e mistos;
- Saber classificar cada um dos factos contábeis, permutativos positivos ou negativos e modificativos positivos e negativos.

2.2.1. Actos e factos administrativos

Actos administrativos: são os eventos que não ocasionam alteração de património (bens, direitos e obrigações) das entidades. Exemplos: reunião de accionistas, mudança de horário de trabalho dos funcionários;

Factos contábeis: são os eventos que provocam alteração do património das entidades. Exemplos: pagamento de salários, obtenção de empréstimo bancário, integralização de capital, compra de mercadorias.



Os factos contábeis são classificados da seguinte forma:

- **Permutativos:** são os factos contábeis que não provocam alteração do valor total do património líquido das entidades. Exemplos: aplicação financeira (-A +A), compra de mercadoria a prazo (+A +P), aumento de capital social com utilização de reserva de capital ou de lucro (-PL +PL);

Fatos Contábeis Permutativos

=> não alteram a situação líquida do património

Exemplo: Recebimento de duplicata de um cliente

Caixa: entra o dinheiro - aumenta o ATIVO (dinheiro é um bem)

Duplicatas a receber: baixa a dívida do cliente - reduz o ativo (duplicata é um direito)



Figura #: Exemplo de Factos Contábeis Permutativos

- **Modificativos:** são os factos contábeis que provocam alteração do valor total do património líquido das entidades. Exemplos: apropriação (registro) de rendimentos de aplicação financeira (+A +PL), registro de provisão para processos judiciais a pagar (+P -PL);

.....ou reduzindo-a: modificativos **diminutivos**

Exemplo: Pagamento de aluguéis

Caixa: sai dinheiro - reduz o ATIVO (dinheiro é um bem)

Despesas: reduzem o PL



Figura #: Exemplo de Factos Contábeis Modificativos

- **Mistos ou compostos:** são os factos contábeis que provocam alterações de contas do activo e/ou do passivo, mas que provocam também mudança no valor total do património líquido das entidades. São factos que são ao mesmo tempo permutativos e modificativos. Exemplos: venda de mercadorias com lucro (-A +A +PL), pagamento de duplicatas a pagar com juros (-A -P -PL), recebimento de duplicatas a receber com juros (-A +A +PL).

Os factos contábeis modificativos e mistos podem ser classificados também como diminutivos ou aumentativos. Os aumentativos são aqueles que provocam aumento do

valor total do património líquido (geram receita ou redução de despesa), e os diminutivos são aqueles que provocam redução do valor total do património líquido (geram despesa ou redução de receita).

Sumário

Nesta Unidade temática 2.2. estudamos e discutimos fundamentalmente sobre os actos administrativos e factos contábeis. Demostramos nestes pontos quando é que um facto contábil pode causar uma variação no património da entidade e quando pode causar modificações na estrutura do património da entidade.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. Se uma entidade adquirir, à vista, acções da própria entidade pelo valor de mercado, então, para a entidade essa operação representará um facto contábil
 - a. Misto aumentativo
 - b. Misto diminutivo
 - c. Modificativo diminutivo

2. A contratação de um novo empregado para uma empresa constitui um ato administrativo, visto que essa acção afecta o património da entidade.
 - a. Certo
 - b. Errado

3. A aquisição de equipamento em que parte do valor seja paga à vista e o restante, a prazo, sem encargos financeiros relevantes, constitui fato permutativo do património.
 - a. Certo
 - b. Errado

4. Por ocasião da venda de mercadorias, à vista ou a prazo, é necessária a baixa no estoque dos itens entregues ao cliente, evidenciando-se o sacrifício patrimonial realizado e representando-se um facto modificativo do património.
 - a. Certo
 - b. Errado

5. O pagamento em atraso de um boleto, juntamente com os encargos financeiros correspondentes, é exemplo de facto misto.

- a. Certo
- b. Errado

6. Contas podem ser criadas para registros quantitativos monetários ou não monetários, sendo essencial que expressem um facto patrimonial.

- a. Certo
- b. Errado

7. O pagamento adiantado de uma duplicata com desconto é considerado como um:

- a. Facto misto aumentativo.
- b. Facto permutativo.
- c. Facto modificativo.

8. A compra a prazo de um veículo configura facto permutativo.

- a. Certo
- b. Errado

9. O aumento de capital social mediante entrega de dinheiro é facto permutativo, pois gera débito no activo e crédito no património líquido.

- a. Certo
- b. Errado

10. A venda de bem fixo pelo seu valor contábil líquido caracteriza-se como um facto contábil misto.

- a. Certo
- b. Errado

Exercícios do TEMA

1. Para o registro das transacções dos eventos económicos ocorridos numa entidade, a contabilidade se utiliza de um sistema de partidas dobradas no qual existem contas de natureza devedora (contas débito) e contas de natureza credora (contas crédito). Considerado esse facto, é correcto afirmar que, no plano de contas de uma entidade,

- a. Contas devedoras sempre controlam as obrigações a pagar e as contas credoras sempre controlam os direitos a receber.
- b. Desconsideradas as provisões, as contas do activo são contas débito e as contas do passivo são contas crédito.

c. O activo tem seu valor aumentado por lançamento a crédito e o passivo tem uma diminuição de valor com um lançamento a débito

2. O património líquido pode ser estudado de diferentes perspectivas, como, por exemplo, dos pontos de vista legal, contábil e económico. Considerando-se essas vertentes, é correto afirmar:

a. O património líquido corresponde à diferença entre activos totais e passivos exigíveis.

b. O património líquido contábil é o conjunto dos fluxos de caixa futuros da entidade trazidos a valor presente pelo seu custo de oportunidade.

c. Legalmente, o património líquido pode ser entendido como o valor de responsabilidade dos sócios em relação às obrigações de uma entidade, no caso de uma empresa Sociedade Anonima.

3. Os bens capazes de gerar benefícios económicos futuros para uma entidade, independentemente de estarem ou não sob seu controlo, integram o activo patrimonial dessa entidade.

a. Certo

b. Errado

4. A situação patrimonial líquida em que o total de passivos supera o montante do património líquido é denominada passivo a descoberto.

a. Certo

b. Errado

5. O património líquido é normalmente composto de contas credoras, o que não impede que nele existam contas retificadoras de natureza devedora.

a. Certo

b. Errado

6. Se uma entidade recebe uma duplicata de um cliente, este facto pode ser considerado?

a. Misto aumentativo.

b. Facto Permutativo.

c. Modificativo diminutivo.

7. Pela venda de mercadorias, à vista ou a prazo, é necessária a baixa no estoque dos itens entregues ao cliente, evidenciando-se o sacrifício patrimonial realizado e representando-se por um:

a. Facto modificativo do património.

b. Facto permutativo no património

c. Facto misto

8. A compra com pronto pagamento de materiais de escritório configura facto permutativo.

- a. Certo
- b. Errado**

9. A aquisição de equipamento em que parte do valor seja paga à vista e o restante, a prazo, sem encargos financeiros relevantes, constitui facto modificativo do património.

- a. Certo
- b. Errado**

10. Os eventos que não ocasionam alteração de património (bens, direitos e obrigações) das entidades, podem ser considerados como:

- a. Actos Administrativos.**
- b. Factos contábeis.

TEMA – III: CONTAS E SUA ESCRITURAÇÃO

UNIDADE Temática 3.1. Contas

UNIDADE Temática 3.2. Escrituração

EXERCÍCIOS do tema

UNIDADE TEMÁTICA 3.1. Contas

Introdução

Os elementos patrimoniais (bens, direitos, obrigações, receitas e despesas) de uma entidade são representados por meio de **contas**. Contas são nomes técnicos dados a elementos patrimoniais, os quais são determinados com base na natureza desses elementos. O nome de uma conta é aquele que melhor representa a natureza de um elemento, de forma a permitir que o usuário da informação contábil entenda o que a conta representa.

Assim, por exemplo, se uma empresa concede um empréstimo a um de seus directores, o direito que a empresa tem de ser reembolsada pelo director pode ser representado por uma conta no activo com o nome “Empréstimo à directória”. Todos os factos contábeis promovidos por uma entidade, tais como vendas, compras, obtenção de empréstimo, pagamento de salários, são registrados em suas respectivas contas.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos
específicos

- Conhecer a finalidade do plano de contas em uso em Moçambique;
- Saber distinguir as contas de natureza devedora e credora;
- Conhecer as contas rectificadoras e as contas de compensação.

3.1.1. Plano de contas

3.1.1.1. - Conceito

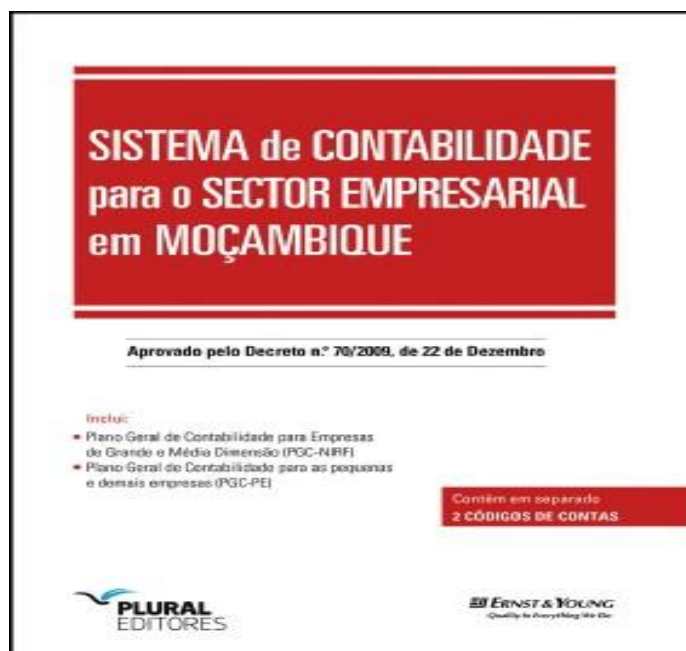
O Plano de Contas é o elenco de todas as contas utilizadas pelo contabilista e criado de acordo com a natureza da entidade. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, o plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, pois é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para geração de todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão, Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Análises, além de outros.

Imaginem, por exemplo, a gigantesca quantidade de transacções que ocorrem diariamente e alteram o património de empresas como o Banco de Moçambique, ISCED, TDM. Cada transacção (obtenção de empréstimo, saque de recursos, pagamento de despesas, depósitos bancários etc.) que altera o património deve ser registrada em conta específica, que melhor representa o evento.

Toda empresa possui uma relação de contas já predeterminada, customizada, de acordo com as características e natureza de seu negócio. Essa relação de contas é denominada **Plano de Contas**.

Quando de sua elaboração, o plano de contas deve contemplar os seguintes objectivos:

- a) Atender às necessidades dos usuários internos (administradores) das informações contábeis da empresa;
- b) Atender aos princípios de contabilidade e à legislação a qual a entidade deve obedecer;
- c) Ser compatível com as normas expedidas por órgãos regulares específicos, caso aplicável.



3.1.2. Teoria das contas

Alguns estudiosos da Contabilidade criaram teorias para classificar e explicar a diferença entre as naturezas das contas contábeis. Das três principais teorias, destaca-se a Teoria do Património.

3.1.2.1. Teoria do Património

Essa teoria considera o património como objecto da contabilidade, e classifica as contas da seguinte forma:

- a) **Contas patrimoniais:** São as contas representativas dos bens, dos direitos, das obrigações e do património líquido da entidade;
- b) **Contas de resultado:** São as contas que representam as receitas e a despesas da entidade.

3.1.3. Débito e Crédito

A Contabilidade registra os factos contábeis de acordo com a natureza das contas, e essas são movimentadas por meio de débitos e créditos. Quando falamos em natureza das contas, temos de considerar o que elas representam para a entidade. Assim, as contas do activo têm natureza devedora por representarem débitos com a entidade. Já as contas do passivo e do património líquido têm natureza credora por representarem créditos com a entidade.

Podemos também fixar a natureza das contas, colocando como referência os terceiros em relação à entidade. Como o activo registra débitos (dívidas) de terceiros (direitos de receber de clientes que compraram a prazo, por exemplo) com a entidade, o activo tem natureza devedora. Como o passivo e o património líquido registram créditos (direitos) de terceiros (empregados, bancos, fornecedores, sócios) com a entidade, o passivo e o património líquido têm natureza credora. As receitas têm natureza credora e as despesas têm natureza devedora.

Podemos resumir a natureza das contas e os efeitos dos registros de débitos e créditos:

Contas	Natureza	Saldo da conta	
		Aumenta com	Diminui com
Activo	devedora	débito	crédito
Passivo	credora	crédito	débito
Patrimônio líquido	credora	crédito	débito
Receita	credora	crédito	débito
Despesa e custo	devedora	débito	crédito

3.1.4. Regra de movimentação das contas

Em termos gerais as contas se movimentam da seguinte maneira:

- As contas do activo aumentam com os débitos e diminuem com os créditos;
- As contas do passivo aumentam com o crédito e diminuem com os débitos;
- As contas do capital próprio aumentam com o crédito e diminuem com os débitos;

- As contas dos custos movimentam-se pelos débitos e as contas dos proveitos movimentam-se pelos créditos;
- As contas dos resultados debitam-se pelos custos e creditam-se pelos proveitos.

Em termos esquemáticos podemos sintetizar as regras de movimentação das contas da seguinte forma:

Contas de	Regras de Movimentação		Exemplos
BALANÇO			
Activo	Aumentos	Diminuições	Caixa, bancos, existências, DO
Passivo	Diminuições	Aumentos	Dívidas a pagar, Empréstimos obtidos
Capital Próprio	Diminuições	Aumentos	Capital, reservas e resultados
RESULTADOS			
Custos	Classe 6 Custos e Perdas		Custo das vendas, FSE, amortizações,...
Proveitos	Classe 7 Proveitos e ganhos		Vendas, Prestações de Serviços,...
Resultados	Classe 8 Classe 6 Classe 7		

Figura #: Regra de movimentação das contas.

3.1.5. Razão (ou Conta T)

É a representação gráfica de uma conta, na qual sobre a barra horizontal é consignado o nome da conta, no lado esquerdo registram-se os lançamentos a débito, e no lado direito os lançamentos a crédito. O termo é oriundo do livro contábil Razão.

		Nome da conta	
		Débitos	Créditos
Saldo =		Devedor	Credor
Exemplos:			
Caixa		Empréstimo	
1.000	300	400	2.000
2.000	200		500
	100		
Saldo devedor →	2.400		2.100 ←
			Saldo credor

Saldo da conta: é a diferença aritmética dos valores lançados a débito e dos valores lançados a crédito. O saldo de uma conta é credor, quando o total dos créditos é superior ao total dos débitos. O saldo de uma conta é devedor, quando o total dos débitos é superior ao total dos créditos. O saldo de uma conta é nulo, quando a soma dos débitos é igual à soma dos créditos.

3.1.6. Contas rectificadoras

Contas rectificadoras são as contas de natureza inversa à do grupo no qual são registradas, causando efeito redutor do saldo do grupo, podendo, portanto, serem denominadas contas redutoras.

As contas rectificadoras do activo têm natureza credora e têm como finalidade reduzir saldos dos activos a que estão vinculadas aos seus prováveis valores de realização.

Exemplo:

- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: quando um cliente deixa de pagar o seu crédito com a empresa;
- Perdas estimadas por desvalorização de estoque: quando uma mercadoria que a empresa comercializa entra fora do prazo;
- Perdas estimadas de investimentos: acontece quando um investimento que a empresa efectuou não dá lucros mas sim prejuízos.

As contas rectificadoras do passivo têm natureza devedora e têm como finalidade reduzir saldos dos passivos a que estão vinculadas aos seus prováveis valores presentes de desembolso. Devido à natureza credora do grupo património líquido, as contas rectificadoras desse grupo também têm natureza devedora. Exemplos: “Juros a transcorrer” no passivo, “Acções em tesouraria” e “Prejuízos Acumulados” no património líquido.

3.1.7. Contas de compensação

As contas de compensação constituem uma forma de controlo alternativo ao sistema patrimonial. As contas patrimoniais (activo, passivo e património líquido) registram os eventos que alteraram o património da empresa, enquanto as contas de compensação servem exclusivamente para controlo de determinados eventos, sem fazer parte do património.

Assim, as contas de compensação são um conjunto de contas de uso facultativo e destinado a finalidades internas da empresa, funcionando como controlo de valores que não são registados no balanço patrimonial, mas que normalmente são informados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Portanto, as contas de compensação constituem fonte de informações que podem ser utilizadas em relatórios gerenciais e nas notas explicativas.

São exemplos de eventos que podem ser registados e controlados em contas de compensação: valor dos bens do activo imobilizado segurados; contratos de avais, hipotecas, alienações fiduciárias; bens dados como garantia; mercadorias recebidas em consignação; entre outros.

Sumário

Nesta Unidade temática 3.1. estudamos e discutimos fundamentalmente sobre as contas, em que abordamos aspectos relacionados a Plano de contas, Teoria das contas, Débito e Crédito, Razão (ou Conta T), Contas rectificadoras e Contas de compensação.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. Relacione a natureza das contas com as contas apresentadas no balanço patrimonial de uma sociedade empresária e, em seguida, assinale a opção correcta.

- | | |
|-------------------------|-------------------------------------|
| (1) Devedora | () Duplicatas a receber |
| (2) Credora | () Depreciação acumulada |
| (3) Devedora ou Credora | () Ajuste de avaliação patrimonial |

A sequência correcta é:

- a. 3, 2, 1.
- b. 3, 3, 2.

C. 1, 2, 3.

2. O património líquido apresenta as seguintes contas, excepto:

- a. Ajustes de avaliação patrimonial
- b. Dividendos obrigatórios a distribuir**
- c. Reservas de capital e capital social.

3. Não é conta patrimonial:

- a. Salários a pagar
- b. Clientes
- c. Encargos de depreciação**

4. Plano de contas é uma lista de rubricas patrimoniais e de resultado organizada de forma sistemática e que possui, geralmente, uma parte numérica — plano de contas — e uma parte alfabética — denominação da conta.

- a. Certo
- b. Errado**

5. Os bens que a empresa possui são representados por contas de:

- a) Receita
- b) Despesa
- c) Activo**

6. Considere a seguinte relação de contas:

- Acções em tesouraria
- Adiantamentos a fornecedores
- Adiantamentos de clientes
- Capital a realizar
- Depreciação acumulada
- Despesas com aluguéis
- Despesas de depreciação
- Receita de comissões

O número de contas credoras é de:

- a) Dois
- b) Três**
- c) Quatro

7. Se determinada empresa apurar lucro líquido no final de determinado exercício, a conta de resultado do exercício apresentará saldo devedor.

- a. Certo
- b. Errado**

8. A aplicação de recursos em uma entidade é representada por um lançamento a crédito em uma conta patrimonial credora.

- a. Certo
- b. Errado**

9. Qual é o objectivo do plano geral de contas?

- a. Uniformizar os registos contábeis de uma entidade.**
- b. Listar as rubricas patrimoniais e de resultado organizada de forma sistemática e que possui.
- c. Uniformizar apenas os registos patrimoniais

10. Uma conta retificadora de património líquido será creditada quando aumentar e debitada quando diminuir.

- a. Certo
- b. Errado**

UNIDADE TEMÁTICA 3.2. Escrituração

Introdução

A escrituração é uma técnica contábil que tem como objectivo o registo de todos os factos contábeis e de alguns actos contábeis em livros apropriados, revestidos de formalidades intrínsecas e extrínsecas que asseguram a confiabilidade e a tempestividade de seus registos.

O Código Comercial de Moçambique estabelece a forma como as sociedades anónimas devem elaborar e manter a escrituração contábil, do qual vale destacar:

- a) Mantida em registros permanentes (por exemplo: Livros Diário e Razão);
- b) Elaborada de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites e com os preceitos do código comercial de Moçambique;
- c) Elaborada em obediência ao princípio da Competência.

Contudo, a legislação tributária (a do Imposto sobre os rendimentos de pessoas singulares e colectivas vigentes em Moçambique, por exemplo) podem prescrever, conduzir ou incentivar a utilização de métodos ou critérios contábeis ou determinar registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos Específicos

- Distinguir os métodos de escrituração;
- Conhecer os tipos e a classificação dos livros de escrituração utilizados nas entidades;

3.2.1. Métodos de escrituração

São dois os principais métodos de escrituração, a saber:

1. Método das Partidas Simples

É o método de escrituração no qual os factos contábeis são registados alterando apenas um elemento do património. Esse método não utiliza o conceito de que para todo(s) débito(s) deve haver um ou mais créditos de mesmo valor.

Podemos considerar que esse método não é o que melhor reflete no património o facto contábil ocorrido e que, por esse motivo, é pouco utilizado.

2. Método das Partidas Dobradas

Método desenvolvido pelo Frei Luca Pacioli, em Veneza na Itália, no longínquo ano de 1494. É o método de escrituração no qual os factos contábeis são registados em contas patrimoniais e em contas de resultado, utilizando a convenção do débito e crédito. Também é conhecido como **digrafia**, pois o registro de um facto contábil sempre resultará, no mínimo, em alteração de dois elementos (um débito e um crédito) do património.

É o método que melhor representa a alteração do património de uma entidade, por registrar de forma simultânea todos os reflexos que um determinado facto contábil provoca.

No método das partidas dobradas, o lançamento de um facto contábil sempre implicará 1 ou mais registro a débito e 1 ou mais registro a crédito. Portanto:

- Todo lançamento implicará registro (s) a débito e registro (s) a crédito;
- A soma dos débitos sempre será igual à soma dos créditos;
- Não há como um facto contábil ser registrado apenas com lançamentos a crédito, ou apenas com lançamentos a débito;
- A soma das contas com saldos devedores sempre será igual à soma das contas com saldos credores.

3.2.2. Livros de escrituração

Os factos e alguns actos contábeis deverão ser escriturados em livros próprios. São vários os livros de escrituração, cuja obrigatoriedade de elaboração dependerá, basicamente, da forma jurídica (sociedade anónima, limitada ou por cotas), da actividade desenvolvida pela empresa (industrial, comercial, prestação de serviços, consultoria) ou da forma de apuração do imposto sobre o rendimento (pessoas coletivas, pessoas singulares) das entidades.

Assim, há livros de escrituração obrigatórios para uma determinada entidade, mas que pode ser apenas de escrituração facultativa para outra. Contudo, há determinados livros que são de escrituração obrigatória para todas as empresas, independe de suas características.

Vale destacar que a escrituração pode ocorrer de forma impressa em livros encadernados, em microfichas ou de forma eletrónica. Independente da forma de escrituração, a entidade é obrigada a observar as formalidades intrínsecas e extrínsecas exigidas, as quais serão descritas ainda neste capítulo.

3.2.2.1. Tipos de livros de escrituração

Os tipos de livros obrigatórios e facultativos podem ser assim apresentados:

- a) Livros contábeis** – Compreendem os livros que registram os factos contábeis de uma entidade em determinado período. Exemplos: livros diário, razão, caixa;
- b) Livros fiscais** – Compreendem os livros que registram os actos e factos relacionados com as actividades tributárias de uma entidade, dos quais as informações necessárias à apuração, recolhimento e compensação de impostos são extraídas. São criados e exigidos por legislação específica.
- c) Livros trabalhistas** – Compreendem os livros relacionados ao registro dos empregados de uma entidade e de eventuais

fiscalizações trabalhistas. Exemplos: Inspeção do Trabalho, Registro de Empregados;

- d) **Livros sociais ou societários** – Compreendem os livros que registram a composição e alterações do quadro societário de uma entidade ou os actos relativos à sua administração. Exemplo: Presença dos Acionistas, Registro de Acções Nominativas, Actas das Assembleias Gerais, Actas das Reuniões de Diretória.

3.2.2.2. Classificação dos livros

Os livros de escrituração podem ser classificados da seguinte forma:

3. Quanto à obrigatoriedade

- **Obrigatórios:** São os livros que por determinação legal são de escrituração obrigatória para determinadas entidades. Exemplos: Diário, Razão, Registro de Entradas, Registro de Saídas.
- **Facultativos:** São os livros que não têm escrituração imposta por lei, mas que podem ser elaborados para auxiliar o controlo de determinados eventos ou a preparação das informações contábeis. Exemplos: Fornecedores, Clientes, etc.

b) Quanto à natureza

- **Cronológicos:** São os livros que apresentam como critério de registro a ordem cronológica dos eventos. Exemplos: Diário, Caixa.
- **Sistemáticos:** São os livros que apresentam como critério de registro qualquer outro que não a ordem cronológica dos eventos. Exemplo: Razão.

c) Quanto à utilidade

- **Principais:** São os livros que registram todos os factos contábeis de uma entidade em determinado período. Exemplos: Diário, Razão.
- **Auxiliares:** São os livros que registram apenas determinados factos contábeis de uma entidade em determinado período. Exemplos: Caixa, Fornecedores, etc.

3.2.3. Livros de escrituração contábil

O Código Comercial de Moçambique determina que todo o empresário e sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não,

com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva.

O livro de escrituração contábil segue algumas formalidades contábeis a descrever:

1. A Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus actos e factos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrónico.
2. A escrituração será executada:
 - a) Em idioma e moeda corrente nacionais;
 - b) Em forma contábil;
 - c) Em ordem cronológica de dia, mês e ano;
 - d) Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens;
 - e) Com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem factos e a prática de actos administrativos.
- b) A terminologia utilizada deve expressar o verdadeiro significado das transacções.
- c) Admite-se o uso de códigos e/ou abreviaturas, nos históricos dos lançamentos, desde que permanentes e uniformes, devendo constar, em elenco identificador, no “**diário**” ou em registro especial revestido das formalidades extrínsecas.
- d) A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises e mapas demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas do contabilista legalmente habilitado.
- e) O balanço e demais demonstrações contábeis, de encerramento de exercício serão transcritos no “**diário**”, completando-se com as assinaturas do contabilista e do titular ou de representante legal da entidade. Igual procedimento será adotado quanto às demonstrações contábeis, elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias.
- f) O “**Diário**” e o “**Razão**” constituem os registros permanentes da entidade. Os registros auxiliares, quando adoptados, devem obedecer aos preceitos gerais da escrituração contábil, observadas as peculiaridades da sua função. No “**diário**” serão lançadas, em ordem cronológica, com individuação, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, incluídas as de natureza aleatória, e quaisquer outros factos que provoquem variações patrimoniais.
- g) Observado o disposto no *caput*, admite-se:
 - a) A escrituração do diário por meio de partidas mensais;

- b) A escrituração resumida ou sintética do diário, com valores totais que não excedam a operações de um mês, desde que haja escrituração analítica lançada em registros auxiliares.
- h) Quando o diário e o razão forem feitos por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deverá ser adoptado o registo “balancetes diários e balanços”.
- i) No caso de a entidade adoptar para sua escrituração contábil o processo electrónico, os formulários contínuos, numerados mecânica ou tipograficamente, serão destacados e encadernados em forma de livro.
- j) O livro diário será registrado no Registro Público competente, de acordo com a legislação vigente.

3.2.3.1. Formalidades extrínsecas e intrínsecas da escrituração contábil

A escrituração contábil registra os factos contábeis das entidades em determinado período e, portanto, constitui objecto de análise de órgãos externos (órgãos de fiscalização, auditoria externa, perícias judiciais) e podem ser utilizados como meio de provas perante a Justiça em eventuais demandas.

Por se tratar de um dos principais documentos das entidades, a escrituração contábil deve ser elaborada com as seguintes formalidades:

1. Extrínsecas:

- Em folhas numeradas sequencialmente;
- No livro diário, ter termo de abertura e termo de encerramento;
- O livro diário deve ser autenticado em órgão público competente.

2. Intrínsecas:

- Em idioma e moeda corrente nacionais;
- Em ordem cronológica;
- Quando impressos, devem ser encadernados;
- Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

3.2.3.2. Livro diário

Pode ser considerado o principal livro contábil, no qual são registrados todos os factos contábeis em ordem cronológica. É, segundo a legislação contábil e o código comercial, de preparação obrigatória por todas as entidades, excepto o pequeno empresário e o empresário suburbano, independentemente de sua opção de tributação. Deve ser registrado em Órgão Público competente.

Por ser de registro obrigatório em Órgão Público, o livro diário deve apresentar termo de abertura e termo de encerramento, onde, dentre

outras informações, devem constar as assinaturas do contabilista e do titular ou de representante legal da entidade. No livro diário, devem ser escriturados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. O livro diário é assim classificado:

- **Obrigatoriedade:** obrigatório;
- **Natureza:** cronológico (os factos contábeis são registrados pela ordem cronológica);
- **Utilidade:** principal (registra todos os factos contábeis).

2.2.3.3. Livro Razão

Livro contábil que registra todos os factos contábeis obedecendo à ordem das contas contábeis previstas no Plano de Contas da entidade, sendo de preparação obrigatória para as empresas tributadas pelo imposto de renda. O livro Razão é assim classificado:

- **Obrigatoriedade:** obrigatório para determinadas entidades;
- **Natureza:** sistemático (os factos contábeis são registrados pela ordem das contas contábeis);
- **Utilidade:** principal (registra todos os factos contábeis);

3.2.3.4. Erros de Escrituração e Correções

Os factos contábeis podem ser registrados de forma incorreta. Os seguintes erros podem ocorrer:

- a) **Valor:** ocorre quando o valor do débito ou do crédito foi realizado pelo valor incorreto;
- b) **Título:** ocorre quando o registro do facto contábil é feito em conta incorreta;
- c) **Inversão:** ocorre quando é debitada a conta que deveria ser creditada, e creditada a conta que deveria ser debitada;
- d) **Duplo registro:** ocorre quando o lançamento contábil é feito de forma incorrecta;
- e) **Omissão:** ocorre quando o lançamento não é feito;
- f) **Histórico incorreto:** ocorre quando a descrição do histórico não descreve o lançamento de forma correta.

3.2.4. Classificação do lançamento no diário em fórmulas

Os lançamentos no diário geral dos factos contábeis podem ser classificados em fórmulas, conforme demonstrado a seguir:

Fórmula	Débitos	Créditos
Primeira	1	1
Segunda	1	2 ou +
Terceira	2 ou +	1

Quarta	2 ou +	2 ou +
--------	--------	--------

Primeira fórmula: Uma conta debitada e uma conta creditada.

Exemplo: Depósito bancário no valor de 2.000,00Mt

Lançamento mecanizado:

D – Banco conta movimento 2.000

C – Caixa 2.000

Lançamento manual:

Banco conta movimento

a Caixa

Segunda fórmula: Uma conta debitada e duas ou mais contas creditadas.

Exemplo: Recebimento de duplicatas a receber de 2.000,00Mt com juros de 500,00Mt

Lançamento mecanizado:

D – Caixa 2.500

C – Receita financeira 500

C – Duplicatas a receber 2.000

Lançamento manual:

Caixa

a Diversos

a Receita Financeira 500

 a Duplicatas a receber 2.000 **2.500****Terceira fórmula: Duas ou mais contas debitadas e uma conta creditada.**

Exemplo: Pagamento de duplicatas a pagar de 5.000,00Mt com juros de 500,00Mt

Lançamento mecanizado:

D – Duplicatas a pagar 5.000

D – Despesa financeira 500

C – Caixa 5.500

Lançamento manual:

Diversos

a Caixa

Duplicatas a pagar 5.000

Despesa financeira 500 **5.500**

Quarta fórmula: Duas ou mais contas debitadas e duas ou mais contas creditadas.

Exemplo: Venda, a prazo, de mercadorias adquiridas por 3.000,00Mt pelo valor de 5.000,00Mt

Lançamento mecanizado:

D – CMV 3.000

D – Clientes 5.000

C – Estoque 3.000

C – Receita de vendas 5.000

Lançamento manual:

Diversos

a Diversos

CMV 3.000

Clientes 5.000

a Estoque 3.000

a Receita de vendas 5.000

8.000

3.2.5. Balancete de verificação

O Balancete de Verificação é um demonstrativo contábil que deve ser elaborado periodicamente, no mínimo, mensalmente. É um demonstrativo contábil no qual são relacionadas todas as contas contábeis com saldos, em determinada data. O balancete tem como finalidade verificar se os lançamentos foram efectuados de forma correcta, permitindo avaliar a correção dos saldos das contas contábeis. O balancete de verificação relaciona os nomes e os saldos das contas contábeis extraídas dos registros contábeis em determinada data. Os saldos das contas contábeis são apresentados em duas colunas, devendo a primeira coluna ser preenchida com os saldos devedores, e a segunda coluna com os saldos credores. O nível de detalhamento das contas está relacionado com a necessidade de seus usuários, ou seja, com a sua finalidade.

Devido ao momento de sua elaboração, há dois tipos de balancetes: Balancete de verificação preliminar e final:

1. **No balancete preliminar:** as contas podem ser apresentadas sem uma ordem específica e compreende contas do activo, passivo, património líquido, despesas, custos e de receitas. Devido ao carácter preliminar, as contas contábeis estão sujeitas a ajustes, tais como registo de depreciação, apropriação de despesas antecipadas, reclassificação de contas etc.
2. **Balancete de verificação final:** É aquele levantado após a apuração do resultado do exercício, onde as contas de receitas, despesas e de custos já foram encerradas, e o

resultado do exercício já foi destinado. Neste balancete, constam apenas contas patrimoniais. O balancete de verificação final é base para a elaboração do balanço patrimonial, que será apresentado em tema específico.

Balancete de verificação inicial em 31/12/X1

Conta	Saldo (em Reais)	
	Débito	Crédito
Banco c/movimento		
Duplicatas a receber		
Despesa antecipada - seguros		
Máquinas		
Duplicatas descontadas		
Encargos financeiros a apropriar		
Estoque		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD		
Fornecedores		
Empréstimo		
Provisão de férias e 13º salário		
Juros a pagar		
Capital subscrito		
Receita de vendas		
Despesa c/ PDD		
Custo das mercadorias vendidas - CMV		
Despesa com provisão de férias e 13º salário		
Despesa com salários		
Despesa financeira		
Despesa de seguros		
Total	<u> </u>	<u> </u>

Importante: O saldo da coluna de débito deve ser igual ao saldo da coluna de crédito.

Figura #: Exemplo de balancete de verificação inicial

O balancete de verificação da razão é a relação de contas, com seus respectivos saldos, extraída dos registos contábeis em determinada data.

O grau de detalhamento do balancete deverá ser consentâneo com sua finalidade.

Os elementos mínimos que devem constar do balancete são:

- Identificação da Entidade;
- Data a que se refere;
- Abrangência;
- Identificação das contas e respectivos grupos;
- Saldos das contas, indicando se devedores ou credores;
- Soma dos saldos devedores e credores.

O balancete que se destinar a fins externos à entidade deverá conter nome e assinatura do contabilista responsável, sua categoria profissional e número de registro na ordem dos contabilistas.

O balancete deve ser levantado, no mínimo, mensalmente.

3.2.6. Apuração de resultado

Ao final de cada exercício social (normalmente, um ano) as entidades devem apurar o resultado de suas actividades. Nesse momento, as entidades saberão se suas actividades geraram lucro ou prejuízo no exercício findo.

Para a apuração do resultado, as contas de despesas e de receitas (contas de resultado) devem ser encerradas (zeradas) em contrapartida de uma conta transitória denominada Apuração do resultado do exercício (ARE). Somente as contas patrimoniais (contas de activo, passivo e património líquido) permanecem, no início do exercício seguinte, com os mesmos saldos do encerramento do exercício anterior.

Se o somatório dos saldos das contas de despesas for superior ao somatório dos saldos das contas de receitas, a entidade apurou prejuízo no exercício. Porém, se o somatório dos saldos das contas de receitas for superior ao somatório dos saldos das contas de despesas, a entidade apurou lucro líquido no exercício.

Importante frisar que o resultado do exercício, lucro líquido ou prejuízo, será transferido para conta do património líquido denominada lucros ou prejuízos acumulados, conta de natureza transitória que tem como funções receber e destinar o resultado do exercício.

De forma resumida, pode-se elaborar o seguinte esquema de apuração de resultado, depois de contabilizados todos os factos contábeis do exercício que se encerra:

1. Levantar (elaborar) o balancete de verificação inicial;
2. Avaliar se os saldos das contas estão de acordo com a sua natureza (devedora ou credora);
3. Verificar se as despesas e receitas antecipadas foram devidamente apropriadas no exercício;
4. Verificar se os saldos das contas de provisões estão devidamente estimados e contabilizados;
5. Proceder aos ajustes contábeis necessários;
6. Calcular os impostos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro) incidentes sobre o lucro, caso aplicável;
7. Encerrar todas as contas de resultado (zerar os saldos das contas de despesas e de receitas), em contrapartida da conta transitória Apuração do resultado do exercício (ARE);
8. Encerrar o saldo da conta transitória ARE, em contrapartida da conta Lucros ou prejuízos acumulados;
9. Proceder à destinação do resultado do exercício.

Considerando que as contas de despesas são contas de natureza devedora, para encerrar uma conta de despesa deve-se creditar (no mesmo valor do saldo existente) esta conta em contrapartida de um débito de igual valor na conta ARE.

Considerando que as contas de receitas são contas de natureza credora, para encerrar uma conta de receita deve-se debitar (no mesmo valor do saldo existente) esta conta em contrapartida de um crédito de igual valor na conta ARE.

Portanto, o encerramento de contas de receitas e despesas é realizado procedendo a lançamentos de 1ª fórmula, de mesmo valor e de natureza contrária aos saldos dessas contas, ao final do exercício, em contrapartida da conta transitória ARE.

Importante frisar que os valores registrados na conta ARE permanecem com a mesma natureza das contas de resultado encerradas. Assim, uma conta de despesa (natureza devedora) encerrada dará origem a um lançamento devedor na ARE, enquanto uma conta de receita (natureza credora) encerrada dará origem a um lançamento credor na ARE.

Exemplo:

(SE) = Saldo no final do exercício

<i>(conta de resultado)</i>		<i>(conta de resultado)</i>	
Receita de vendas		Receita financeira	
(1)	500.000 500.000	(SE)	(2)
			45.000 45.000
			(SE)
<i>(conta de resultado)</i>		<i>(conta de resultado)</i>	
CMV		Despesa c/ salários	
(SE)	300.000 300.000	(3)	(SE)
			80.000 80.000
			(4)
<i>(conta transitória)</i>			
ARE			
(3)	300.000	500.000	(1)
(4)	80.000	45.000	(2)
	380.000	545.000	
(5)	165.000	165.000	Lucro líquido do exercício
<i>(patrimônio líquido)</i>			
Lucros ou prejuízos acumulados			
			(5)
		165.000	

Sumário

Nesta **Unidade** temática 2.3. abordou-se sobre a escrituração, em que foram referenciados aspectos relacionados a métodos de escrituração, livros de escrituração contábil, classificação do lançamento no diário em fórmulas, balancete de verificação e

apuração de resultado. Verificou-se que a cada ano comerciar todas as empresas devem fazer a apuração do resultado de exercício, em que se observa se a empresa findo ano apresenta um lucro u prejuízos, em caso se locro assim como prejuízo, estes saldos serão transportados para conta do património líquido denominada lucros ou prejuízos acumulados, conta de natureza transitória que tem como funções receber e destinar o resultado do exercício.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. A técnica contábil usada no registo dos factos contábeis e no controlo do património, e das variações desse património, através de lançamentos destinados ao registo das operações que o afectam, é a:

- a. Avaliação.
- b. Demonstração.

c. Escrituração.

2. A respeito de escrituração, em contabilidade Básica, analise as seguintes informações:

- Data da operação;
- Conta a ser debitada;
- Conta a ser creditada;
- Histórico da operação;
- Valor da operação, em moeda.

Tais informações indicam os

- a. Aspectos das partidas dobradas.
- b. Componentes do plano de conta.

c. Requisitos de uma partida de diário.

3. Livros auxiliares são aqueles que se destinam ao controlo de um determinado componente patrimonial. Embora obrigatórios perante o fisco, alguns livros citados a seguir podem ser utilizados na escrituração contábil como livros auxiliares. Nesse contexto, os chamados livros auxiliares são o Livro de Inventário, o

- a. Livro Diário, o Livro Razão, o Livro Caixa e o Livro de Registo de Duplicatas.

b. Livro Caixa, o Livro de Entradas de Mercadorias, o Livro de Saídas de Mercadorias e o Livro de Registo de Prestação de Serviços.

c. Livro Diário, o Livro de Entradas de Mercadorias, o Livro de Saídas de Mercadorias e o Livro de Registo de Prestação de Serviços.

4. No que se refere à escrituração, o lançamento que consiste na regularização da conta indevidamente debitada ou creditada com a transposição do registo para a conta adequada é denominado?

a. Transferência.

b. Estorno.

c. Rectificação.

5. Com relação ao livro razão, assinale a opção correcta:

a. A escrituração do livro razão deverá ser individualizada, obedecendo-se à ordem cronológica das operações.

b. O livro razão, com escrituração sintética, é auxiliar do livro diário.

c. As entidades comerciais que adotem escrituração completa estão obrigadas a autenticar o livro razão.

6. Qual é a finalidade do balancete de verificação?

a. Verificar se os lançamentos foram efectuados de forma correcta, permitindo avaliar a correcção dos saldos das contas contábeis.

b. Relacionar os nomes e os saldos das contas contábeis extraídas dos factos contábeis em determinada data.

c. Verificar se os lançamentos foram efectuados de forma correcta, permitindo validar saldos das contas contábeis.

7. Quando é feito o apuramento do resultado do exercício?

a. No início de cada exercício comercial.

b. No decorrer do exercício comercial.

c. Fim do exercício comercial.

8. O livro caixa é, ao mesmo tempo, facultativo e obrigatório; neste último caso, para alguns tipos de entidades, como as microempresas e empresas de pequeno porte.

a. Certo

b. Errado

9. Em algumas actividades, é comum que o cliente realize um adiantamento ao fornecedor, por conta do bem ou do serviço que lhe será entregue. Quando do efectivo recebimento do adiantamento, o fornecedor, em cumprimento ao regime de caixa, deverá lançar em sua contabilidade um crédito em conta de passivo, em contrapartida à conta caixa ou equivalentes.

a. Certo

b. Errado

10. O livro-razão é obrigatório, principal e sistemático.

a. Certo

b. Errado

Exercícios do TEMA

1. As acções de uma sociedade empresária devem ser apresentadas em seu balanço patrimonial, na conta capital social, por seu valor nominal. A diferença entre o preço de subscrição que os accionistas pagaram pelas acções e seu valor nominal, deve ser contabilizada na conta:

a. Receita operacional.

b. Receita financeira.

c. Reserva de capital.

2. A respeito das contas de receitas e despesas, assinale a opção correcta.

a. As contas de receitas e despesas são contas de resultado, também denominadas de contas temporárias, pois seus saldos são encerrados para a apuração do resultado da entidade.

b. Despesa corresponde à entrada de elementos para o activo, sob a forma de dinheiro ou de direitos a receber.

c. Receitas representam o reconhecimento de um passivo, com o aumento de obrigações a serem cumpridas para com clientes.

3. As condições e o método pelos quais contas de resultado e contas transitórias serão encerradas a cada exercício são informações disponíveis no plano de contas.

a. Certo.

b. Errado.

4. As condições e o método pelos quais contas de resultado e contas transitórias serão encerradas a cada exercício são informações disponíveis no plano de contas.

a. Certo.

b. Errado.

5. A descrição do mecanismo de funcionamento das rubricas contábeis presentes no plano de contas se faz por meio de um documento complementar.

a. Certo

b. Errado

6. Em um razonete representativo de bens móveis, como um automóvel, por exemplo, a compra de mais um item gera um lançamento do lado direito, a crédito

a. Certo

b. Errado

7. Em função do método das partidas dobradas, a soma dos créditos será sempre igual à soma dos débitos.

a. Certo

b. Errado

8. O contabilista do ISCED realizou um crédito em uma conta do activo circulante e um débito correspondente em uma conta do passivo circulante, sem que tal lançamento tenha afetado o património líquido. Dentre as alternativas abaixo, assinale a única que pode representar exatamente o registo contábil feito pelo contabilista do ISCED.

a) Pagamento de salários e encargos provisionados no mês anterior.

b) Pagamento antecipado de uma dívida de longo prazo.

c) Provisão de férias de funcionários correspondente ao mês em curso.

9. Com relação à escrituração contábil de uma entidade, analise as afirmativas abaixo, qual delas esta correcta:

I - O registo contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo

documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.

II - Lançamento de complementação é aquele que promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do registo para a conta adequada.

III - Segunda Fórmula: são os lançamentos que envolvem mais de uma conta a débito e apenas uma conta a crédito.

10. A actuação da contabilidade circunscreve-se às organizações formais e está condicionada à escrituração completa e regular.

a. Certo

b. Errado

TEMA – IV: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

UNIDADE TEMÁTICA 4.1. Introdução as demonstrações contábeis

UNIDADE TEMÁTICA 4.2. Balanço Patrimonial

UNIDADE TEMÁTICA 4.3. Demonstração de Resultados

UNIDADE TEMÁTICA 4.4. Demonstração de Fluxo de Caixa

UNIDADE TEMÁTICA 4.1. Introdução as demonstrações contábeis

Introdução

Neste capítulo aborda-se sobre a técnica contábil das demonstrações contábeis. De acordo com o código comercial moçambicano, as sociedades anónimas devem elaborar e publicar suas demonstrações financeiras ao término do exercício social.

As demonstrações contábeis devem ser elaboradas baseadas nas informações constantes da escrituração contábil da empresa, apresentando os valores do exercício actual e os do exercício imediatamente anterior, permitindo a comparação. Devem ser assinadas pelos administradores da empresa e por contabilista legalmente habilitado. As demonstrações registrarão a destinação do resultado do exercício no pressuposto de sua aprovação pelos acionistas em assembleia geral.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Conhecer o objectivo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Saber a importância da análise das demonstrações contábeis;
- Compreender como é feita a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

4.1.1. Objectivo das demonstrações contábeis

O objectivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade (Balanço patrimonial), sobre seu desempenho em um determinado período (Demonstração do Resultado) e sobre as modificações na sua posição financeira (Demonstração dos Fluxos de Caixa), informações essas que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão económica.

O objectivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras que sejam úteis a investidores existentes e em potencial,

a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Esses usuários possuem interesses e competências distintas, por isso as demonstrações financeiras devem ser preparadas para atendimento às necessidades comuns da maioria deles. Todavia, elas não fornecem todas as informações que os usuários possam necessitar para tomar decisões económicas, considerando que tais demonstrações contábeis refletem principalmente os efeitos financeiros ocorridos no passado e não contém necessariamente informações que não sejam de carácter financeiro.

As demonstrações devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações que permitam o adequado entendimento sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho em um determinado período e as modificações na sua posição financeira, a fim de propiciar uma boa avaliação do que ocorreu no passado e de ajudar nas projeções sobre o futuro.

4.1.2. Importância da análise das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações contábeis independente do ramo de actividade e do porte da empresa, indica os pontos fortes e fracos do desempenho operacional e financeiro. O conhecimento desses pontos pode ser usado para melhorar o desempenho empresarial ao corrigir as falhas detetadas. Não só como também, ela permite que o gestor tome decisões calcadas em informações extraídas de seus próprios dados, traçando objectivos e incorporando as melhores práticas da governança corporativa. Entre essas práticas estão a criação de melhores mecanismo para auxiliar na tomada de decisão com optimização dos relatórios, definindo as funções de cada socio e os projectos mais focados no estudo da viabilidade, além de projectos orientados ao crescimento e sustentabilidade.

A falta de organização tende a desaparecer e a empresa poderá criar seu planeamento fundamentado em medidas realísticas a situação do negócio em relação a empresa e ao seu ramo de actuação. Isso tudo sem se descuidar para que o activo permanente acabe tendo que financiar a própria empresa com um grau de endividamento maior do que ela possa suportar, ou seja, quando a empresa passa por uma descapitalização para sobreviver. Isso porque as análises podem ser usadas para prever como a expansão das actividades económicas de uma empresa ou como suas decisões estratégicas podem afetar os futuros desempenhos financeiros.

4.1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

A divisão das características qualitativas da informação contábil-financeira é a seguinte:

- a) Características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna), as mais críticas; e
- b) Características qualitativas de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

As características qualitativas das demonstrações financeiras identificam os tipos de informação que muito provavelmente são reputadas como as mais úteis para os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, para tomada de decisões acerca da entidade que reporta.

1. As características qualitativas fundamentais das demonstrações contábeis

Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser **relevante** e **representar com fidedignidade** o que se propõe a representar. Portanto, são duas as características qualitativas fundamentais.

- a) A relevância da informação contábil-financeira diz respeito à sua capacidade de influenciar a tomada de decisões pelos usuários. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões económicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. A Relevância depende da *materialidade* (tamanho) do item em discussão.
- b) Os relatórios contábil-financeiros consignam informações e fenómenos económicos em palavras e números. Para serem úteis, os relatórios contábil-financeiros não têm somente que representar um fenómeno relevante, mas têm também que representar com fidedignidade o fenómeno a que se propõem representar. Para uma representação fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**. A divulgação de um evento económico deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenómeno retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.

2. As características qualitativas de melhoria das demonstrações contábeis

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenómeno. Portanto, são quatro as características qualitativas de melhoria.

- a) **Comparabilidade** é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada a um único item. A comparação requer no mínimo dois itens. Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes;
- b) A **Verificabilidade** ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenómeno económico a que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores podem chegar a um consenso quanto ao retrato de uma realidade económica de um elemento contábil-financeiro;
- c) **Tempestividade** significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, uma informação disponibilizada com atraso, deixa de ser útil;
- d) **Compreensibilidade** é classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível. Entretanto, embora certos fenómenos sejam inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos, não podem deixar de serem divulgados.

4.1.2.1. Restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos. A administração também deve verificar o equilíbrio entre o custo e o benefício de uma informação. Os benefícios decorrentes da informação devem exceder ao custo de produzi-la.

Sumário

Nesta Unidade temática 4.1 estudamos e discutimos fundamentalmente sobre as demonstrações contábeis, abordando-se aspectos relacionados ao objectivo das demonstrações financeiras; importância da análise das demonstrações financeiras e elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Assim, pode se compreender que as demonstrações financeiras são importantes para qualquer entidade, pois ela tem o objectivo de fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade, sobre seu desempenho em um determinado período e sobre as modificações na sua posição financeira, informações essas que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão económica.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. O objectivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral é
 - a. Fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.
 - b. Fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis à tomada de decisão pelos administradores da entidade, já que estes são incapazes de obter a informação no formato que necessitam.
 - c. Atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam para a tomada de decisão.

2. Devem ser excluídos das demonstrações os custos de estoque e os lucros ou prejuízos relativos a resultados ainda não realizados de negócios entre sociedades.
 - a. Certo.
 - b. Errado

3. As demonstrações contábeis estão em conformidade com os pronunciamentos, interpretações e orientações se contiverem erros:
 - a. Materiais ou erros imateriais cometidos involuntariamente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial ou económica, do desempenho ou dos fluxos de receitas da entidade.

b. Imateriais cometidos involuntariamente que distorçam determinada apresentação da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade.

c. Imateriais cometidos intencionalmente e especificamente para alcançar determinada apresentação da posição patrimonial e financeira deficitária do desempenho ou dos fluxos de caixa negativos da entidade.

4. Fazem parte do conjunto das demonstrações contábeis previstas pela legislação actualizada para a contabilização das empresas:

a. Balanço Patrimonial; Demonstração do Valor Adicionado; Demonstração do Resultado Econômico.

b. Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Fluxo de Caixa.

c. Balanço patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanço Orçamentário.

5. As devoluções sobre vendas ocorridas em exercícios anteriores são registradas como despesa operacional de vendas do exercício financeiro em curso, tendo em vista que não devem ser incluídas nas deduções da receita bruta.

a. Certo.

b. Errado.

6. Os juros decorrentes de pagamento em atraso e relativos à compra de mercadorias são registrados na contabilidade do fornecedor em conta representativa de receita financeira com contrapartida na conta clientes.

a. Certo.

b. Errado

7. Nas demonstrações contábeis, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e que não ultrapassem 10% do valor do respectivo grupo de contas.

a. Certo.

b. Errado.

8. De acordo com a legislação vigente, adiantamentos em dinheiro de uma empresa a seus fornecedores nacionais de mercadorias devem ser contabilizados

- a. Nas contas a receber, no activo.
- b. Em resultados de exercícios futuros, no passivo.
- c. No grupo de estoques, no activo.

9. A principal característica da análise horizontal das demonstrações financeiras de uma empresa é

- a. Avaliar a situação da empresa independentemente das alterações inflacionárias.
- b. Demonstrar a proporção das fontes e das aplicações de recursos da empresa.
- c. Medir a evolução das contas, o que permite avaliar tendências futuras.

10. Os descontos e abatimentos incondicionais concedidos constituem montante destacado das despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

- a. Certo.
- b. Errado.

UNIDADE TEMÁTICA 4.2. Balanço Patrimonial

Introdução

Nesta unidade, espera – se que o estudante esteja preparado para interpretar de forma inicial aquilo que seria a posição financeira de qualquer empresa, visto que no balanço é apresentado a radiografia de toda a estrutura económica. A posição financeira de uma empresa é mensurada pelo conjunto de três elementos que se apresentam no balanço nomeadamente: Activos, Passivos e o capital próprio. Passivos e capital próprio, representam as fontes de fundos alheios e dos proprietários, respectivamente, aplicados em Activos. Esta noção dá origem a equação fundamental da contabilidade.

O Balanço patrimonial é uma demonstração estática que tem por finalidade apresentar, qualitativa e quantitativamente, a posição patrimonial e financeira da empresa em determinada data.

O Balanço patrimonial é uma demonstração de elaboração obrigatória pelas empresas e pode ser considerado o principal demonstrativo contábil, do qual são extraídas as

principais análises acerca da situação patrimonial e financeira da empresa, como níveis de liquidez, solvência e de endividamento.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos Específicos

- Conhecer a estrutura e apresentação do balanço patrimonial;
- Saber como esta constituído o activo, passivo e capital próprio;
- Conhecer a classificação do balanço patrimonial.

4.2.1. Estrutura e apresentação

Conforme vimos na introdução desta unidade, o balanço patrimonial é dividido em três grupos: activo, passivo e património líquido ou capital próprio. As contas integrantes do activo são apresentadas em ordem decrescente do seu grau de liquidez (ordem crescente dos prazos de realização), e as contas integrantes do passivo são apresentadas em ordem decrescente de exigibilidade (ordem crescente dos prazos de pagamento).

Exemplo de Balanço patrimonial:

ATIVO		PASSIVO	
O r d e m e d i a n a c r e s c e n t e	Circulante	O r d e m e x i g i b i l i d a n d e	Circulante
	Disponibilidades		Empréstimos e financiamentos
	. Caixa		Fornecedores
	. Bancos		Salários e encargos a pagar
	. Aplic. financeiras de liq. imediata		Tributos a recolher
	Clientes		Dividendos a pagar
	Estoques		Adiantamentos obtidos
	Tributos a Recuperar		Debêntures
	Adiantamentos concedidos		Provisão para passivos trabalhistas
	Despesas do exercício seguinte		
	Não circulante		Não circulante
	Realizável a longo prazo		Empréstimos e financiamentos
	Investimentos		Fornecedores
	Imobilizado		Debêntures
	Intangível		Provisão para passivos tributários
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
	Capital Social		
	Reservas de capital		
	Reservas de lucro		
	(-) Ações em tesouraria		
	(+ -) Ajustes de avaliação patrimonial		
	(-) Prejuízos acumulados		

As rubricas do balanço devem obedecer determinada ordem:

- Os valores activos devem apresentar-se de cima para baixo, por ordem crescente de liquidez, devendo, portanto, ser representados

em primeiro lugar os que se destinam a permanecer na empresa durante vários anos;

- O valor do passivo e da situação líquida são agrupados de cima para baixo, por ordem decrescente de prazos de exigibilidade, devendo, portanto, ser representadas em primeiro lugar as entradas dos sócios para a sociedade;
- A partir do momento em que a organização contabilística ficou sujeita a regras, estabelecidas oficialmente nos chamados planos contabilísticos, é obrigatório que os balanços das empresas sejam elaborados de acordo com as estruturas neles fixadas.

4.2.2. Activo, Passivo e património líquido

4.2.2.1. Activo

No Activo é incluído o conjunto de bens e direitos de propriedade de uma entidade. São então todos os itens do património capazes de trazer benefícios presentes ou futuros à empresa, ou seja, proporcionam seus ganhos.

De forma sucinta, para que possa ser activo, o elemento deve obedecer aos seguintes requisitos: ser um bem ou um direito; ser propriedade da empresa; ser mensurável monetariamente; e possibilitar a formação de ganhos presentes ou futuros. Se algum desses requisitos não se cumprir, o bem ou direito não poderá constar do activo da entidade.

Por fim, cabe lembrar que o activo representa aplicação de recursos na empresa, recursos estes que têm origem no Passivo.

Apresentaremos a seguir uma série de considerações sobre os principais elementos do activo:

1. **Activo Circulante – AC:** compreende o dinheiro disponível em poder da empresa, suas aplicações financeiras de curto prazo, os valores que serão convertidos em dinheiro a curto prazo, como os créditos de curto prazo, bem como as despesas antecipadas pela entidade. Portanto, é pelo activo circulante que a empresa opera no “curto prazo”, gerando o “caixa” necessário para promover suas vendas e pagar suas dívidas.

De forma genérica, existem algumas contas mais comuns que costumam constar do activo circulante, podendo ser citadas algumas aqui. Essas contas se dividem em subgrupos, que são:

- **Disponibilidades:** caixa, banco (conta bancária). Importante salientar que esses valores devem sempre representar recursos de livre movimentação sem que haja quaisquer restrições para seu uso imediato.
- **Aplicações financeiras:** costumam receber aplicações de recursos financeiros em títulos e direitos em geral, como é o caso da poupança bancária. Eventualmente podem abrigar investimentos temporários como, por exemplo, acções de outras companhias e ouro.

- **Créditos de curto prazo:** constituem direitos adquiridos de valores a receber, geralmente por **vendas a prazo de mercadorias** ou serviços referentes às operações da empresa. É comum o “mercado” actuar dessa forma, ou seja, através de vendas a prazo, que constituem assim o maior volume das transações entre as empresas em geral. Em situações específicas pode aparecer com a expressão “Duplicatas a Receber”, “Clientes”, etc.
 - **Despesas Antecipadas:** para entender esta conta é necessário compreender o “Princípio da Competência dos Exercícios”. Esse princípio reza que os factos contábeis devem ser registrados no período de competência a que se referem. Assim, podemos descrever as despesas antecipadas como aquelas que ainda não são despesas pela Competência dos Exercícios, mas que abrigam os gastos já realizados a título de aquisição de algum direito que será consumido ao longo do tempo. Assim, podem ser citados como exemplos os Prêmios de Seguros pagos antecipadamente e as Despesas Financeiras pagas antecipadamente, entre outros.
 - **Outros créditos:** as contas aqui abrigadas possuem certa semelhança com as Despesas Antecipadas, visto que recebem os valores que foram adiantados a terceiros sobre os quais então a empresa adquire direito de crédito. Um exemplo clássico são os adiantamentos a empregados, quando a empresa paga parte dos salários aos seus colaboradores de forma adiantada. Importante ressaltar que quaisquer créditos incobráveis, justamente por não se constituírem mais em um direito real de crédito (afinal, são “incobráveis”), evidentemente não poderão constar do activo da entidade, sendo um exemplo disso algum “Título a Receber” de uma empresa que faliu.
 - **Estoques:** propositalmente estão colocados em último lugar, pois provavelmente são os menos líquidos dentre todos os itens do activo circulante. Eles são os recursos que uma empresa mantém, a fim de com eles dar origem às suas vendas. Mas não só! É comum também colocar os materiais de consumo diário de que a entidade precisa em conta de estoques, porém, nestes casos, dizemos que esses materiais estão no “Almoxarifado”. Então podemos ter Estoques de Mercadorias para Revenda, Estoques de Matérias-Primas, Estoques de Produtos em Elaboração e assim por diante.
2. **Activo Realizável a Longo Prazo – ARLP ou RLP:** de forma didática, este grupo é comparável ao activo circulante, com a diferença de que aqui os prazos de realização são “Longos”, enquanto no activo circulante, os prazos são “Curtos”. Em outras palavras, estão presentes nesse grupo itens que serão convertidos em dinheiro a “Longo Prazo”, daí serem considerados então “não-circulantes”. Para um entendimento prévio do que seja “Curto ou Longo” prazo, digamos que no “Curto Prazo” se

enquadram todos os valores com realização até o término do exercício social seguinte. Portanto, o “Longo Prazo” abrigará prazos superiores ao término do exercício social seguinte, mas veja bem, considerando que o “Ciclo Operacional” da empresa compreende o período de um ano (12 meses). O que é o “Ciclo Operacional”? De forma sucinta e didática, esse é o ciclo da empresa definido pelo período transcorrido desde a compra dos insumos até o momento em que a empresa recebe suas vendas a prazo.

Alguns itens que podem compor o RLP são o **tanto de vendas** com prazo de recebimento superior ao término do exercício seguinte, os adiantamentos ou empréstimos que a empresa faz às sociedades controladas por ela e, também, os adiantamentos ou os empréstimos que faz a seus directores, accionistas ou participantes no lucro da companhia (aqui, independentemente do prazo de realização, se curto ou longo!), bem como qualquer outro crédito cujo prazo de realização se enquadre como de “Longo Prazo”.

- **Investimentos:** neste grupo de contas estão todos os investimentos realizados pela empresa que não fazem parte de sua actividade habitual. Por exemplo, participações societárias permanentes (ou seja, aplicações na compra de acções e outros títulos de participação societária com vistas à obtenção do controle societário da “empresa comprada”), terrenos, obras de arte, imóveis para futura venda, joias e imóveis para renda, entre outros.
- **Imobilizado:** neste item devem ser contabilizados os direitos que tenham por objecto bens corpóreos destinados à manutenção das actividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. Assim, bens tangíveis como o prédio onde decore as actividades da empresa, seus móveis, veículos utilizados em suas actividades, etc., são considerados itens do activo imobilizado.

Mais um detalhe, quaisquer outros bens que, mesmo não sendo propriedade da empresa, mas que se enquadrem como decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, deverão também ser contabilizados como item do activo imobilizado. Por fim, cabe salientar que os itens do activo imobilizado são passíveis de “Depreciação”, por se tornarem obsoletos (ou seja, já não apresentam o desempenho necessário frente a outros similares tecnologicamente mais desenvolvidos) ou porque perdem capacidade de produção por desgaste, ou porque viram sucata (perda total da capacidade). Então, à medida que o tempo passa, a empresa poderá aproveitar parcelas proporcionais de despesas a título de despesa de depreciação na apuração do resultado de cada período.

- **Intangível:** diferentemente dos elementos do activo immobilizado, os “activos intangíveis” são bens que não possuem existência física. Como exemplos podemos citar os direitos de exploração de serviços públicos (por concessão ou permissão do poder público), as marcas e patentes, os programas de computador (*softwares*), o fundo de comércio, as franquias e os direitos autorais, entre outros. **Mas como identificar um intangível?** A resposta é que os intangíveis são apreciados pelo custo incorrido quando de sua aquisição (subtraído de toda e qualquer amortização porventura existente). Por exemplo, determinada “marca” conhecida no mercado, mas em relação à qual não se tenha procedido à avaliação na forma prescrita, não poderá compor o activo intangível, pois, apesar de ser um intangível, não é possível avaliá-la. Então, só poderemos considerá-la no activo se a marca for adquirida de terceiros. Também é interessante notar que o processo de amortização dos intangíveis possui encaminhamento comparável ao da depreciação dos activos immobilizados.

4.2.2.2. O Passivo

Fazem parte deste grupo as obrigações de uma entidade para com terceiros, ou seja, os bens e direitos de outros que se encontram em poder da entidade e que ela tem a obrigação de devolver. O “lado” do Passivo no Balanço Patrimonial é dividido em Circulante, Não-Circulante e Património Líquido. A exemplo do activo, o que diferencia a região circulante da não-circulante é o prazo de exigibilidade, pois os exigíveis a longo prazo são aqueles valores que se realizam para além do final do exercício social seguinte. A parte circulante e a não-circulante também é chamada de “Exigível” (os terceiros a exigem sob certo prazo definido), enquanto que o património líquido também é chamada de “Não-Exigível” (pois não há prazo determinado para os sócios o exigirem de volta).

Por fim, cabe lembrar que o passivo representa origem de recursos para a empresa, recursos estes que serão aplicados em activos.

Apresentaremos a seguir considerações sobre os principais elementos do Passivo.

1. **Passivo Circulante – PC:** neste grupo classificam-se os valores em haver com terceiros, mas cujo vencimento se dê no máximo ao fim do exercício social seguinte ao encerramento do exercício actual. Alguns exemplos são: dívidas com fornecedores de mercadorias (conta “Fornecedores”), salários, impostos, empréstimos bancários e seus encargos a pagar, entre outros.
2. **Passivo Não-Circulante:** neste grupo classificam-se todas as exigibilidades que serão liquidadas a longo prazo, ou seja, seus vencimentos deverão se dar para além do exercício social seguinte ao encerramento do exercício actual.

3. O Património Líquido – PL: O património líquido também se constitui em “origem” de recursos, no entanto, esses recursos não são de terceiros, como no passivo circulante e não-circulante, mas dos sócios ou acionistas (neste caso, de uma empresa sociedade anónima). Então, é no PL que estão os recursos dos proprietários que foram ou continuam sendo aplicados no empreendimento. Mais ainda, à medida que a empresa vai obtendo resultados positivos (“lucros”) a cada período, parte desses lucros fica retida na empresa, ou seja, a parte que não é distribuída para sócios ou investidores

Examinando o PL sob uma ótica cronológica, ele inicia quando os proprietários criam a empresa, colocando nela, advindo de seus próprios recursos, uma quantia inicial chamada de **Capital Social**.

Os recursos aportados como Capital Social podem ser na forma de bens ou direitos, como um computador, dinheiro, veículo ou um título a receber. Mas faz-se importante salientar que uma vez colocado o recurso na empresa, apesar dela adquirir certa “obrigação” sobre esses recursos para com os sócios, os mesmos não podem exigí-los de volta sob qualquer pretexto, pois isso implicaria a extinção (descontinuidade) da empresa, sendo que o mesmo raciocínio se aplica aos recursos retidos ao longo das operações empresariais. Por essa razão o PL é chamado de uma obrigação “Não-Exigível”. Além disso, enquanto a empresa existir ela abrigará o património líquido que, em última instância, pertence aos sócios, por isso o PL também é chamado de **Capital Próprio**, em contraste com o passivo, que costuma ser chamado de **Capital de Terceiros**.



Figura #: Representação do Activo, Passivo e Património líquido

4.2.3. Classificação do Balanço

1. Quanto ao momento da sua elaboração

- **Balanço inicial** – que se elabora no início da actividade económica;
- **Balanço final** – que se elabora no fim de cada exercício económico

- **Balanço de liquidação** - que se elabora quando a unidade deixa de exercer as suas funções (extingue-se). Importa realçar que vários são os motivos que levam a liquidação de empresa, a falência, a fusão e transformação.

2. Quanto à representação

O Balanço pode ser representado em dispositivo **Vertical** ou **Horizontal**. No vertical, as rubricas componentes do balanço são colocadas umas a seguir as outras, em sentido vertical, apresentando-se em primeiro lugar, o activo e depois o capital próprio e passivo.

Na disposição horizontal, no primeiro membro, inscrevemos o activo da empresa, e no segundo membro, a situação líquida e o seu passivo.

3. Quanto à estrutura

Se no balanço a conta vem desdobrada, se obtém informação mais completa, não só acerca do património da empresa, mas também dos elementos componentes de cada conta. Ao balanço que as suas contas não se encontram desdobradas, damos o nome de balanço **sintético**, enquanto que, ao balanço cujas contas se encontram desdobradas, em sub contas, se chama de balanço **analítico**.

Sumário

Nesta Unidade temática 4.1 estudamos e discutimos fundamentalmente sobre um dos constituintes das demonstrações contábeis, o balanço. Acerca do balanço abordamos aspectos relacionados com estrutura e apresentação do balanço; activo, passivo e património líquido e classificação do balanço. Assim foi possível verificar que o activo é constituído por activo circulante e não circulante, assim como o passivo também é constituído pelo passivo circulante e não circulante. O termo circulante está relacionado a facilidade de liquidez, ou seja, estes são facilmente convertíveis em dinheiro. Enquanto que o termo não circulante está relacionados as transacções de longo prazos.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. No património da empresa, qual dos exemplos abaixo é considerado um direito?
 - a. Caixa
 - b. Contas a receber
 - c. Salários a pagar

2. Os impostos diferidos devem ser evidenciados no balanço patrimonial como activos circulantes, independentemente da data da realização da despesa.

a. Certo

b. Errado

3. A contrapartida da saída financeira de uma operação de aquisição de acções da própria empresa (acções em tesouraria) deve ser reconhecida em uma conta de natureza

a. Devedora, no património líquido.

b. Credora, no património líquido.

c. Devedora, no activo não circulante.

4. De acordo com a legislação vigente, em uma combinação de negócios sem a presença de transacções forçadas, o adquirente deve mensurar os activos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos

a. Pelos custos históricos

b. Pelos custos correntes corrigidos na data da operação.

c. Pelos valores justos na data da aquisição.

5. Com respeito à manutenção de activos imobilizados, é correcto afirmar que:

a. O valor gasto com manutenção correctiva de um bem pode ser descontado de seu valor contábil, acelerando sua depreciação;

b. O valor gasto com manutenção preditiva de um equipamento deve ser adicionado a seu valor contábil, uma vez que não aumenta sua vida útil;

c. A manutenção preventiva é vantajosa quando seu custo for inferior à estimativa de redução dos custos associados à manutenção correctiva

6. A representação patrimonial em que o património líquido é igual ao passivo é característica de situações de encerramento das actividades de uma empresa.

a. Certo.

b. Errado.

7. Uma empresa planea colocar um de seus activos não circulantes para venda. Nesse caso, para mensurar o valor de venda desse activo, segundo a norma contábil que trata do referido assunto, a empresa deverá

a. Mensurar o activo ou o grupo de activos não circulantes classificado como “mantido para venda” pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

b. Apenas transferi-lo para o activo circulante, devido a intenção de vendê-lo, pelo seu valor contábil, que já considera seu valor justo, uma vez que está contabilizado pelo custo histórico.

c. Considerar o valor residual contábil, que justamente considera a perda pelo uso ou pelo tempo, ajustando-o naturalmente ao valor justo.

8. Na elaboração do balanço patrimonial de uma entidade, o imposto sobre a renda diferido, quando activo, deve ser contabilizado

a. Sempre como activo circulante.

b. Sempre como activo realizável a longo prazo.

c. Sempre como activo circulante ou investimento.

9. Assinale a opção que indica uma característica essencial para a existência de um passivo em uma entidade.

a. Obrigação futura.

b. Obrigação presente.

c. Mensuração precisa.

10. Na equação patrimonial $\text{activo} = \text{passivo} + \text{património líquido}$,

a. O património líquido está diretamente relacionado ao passivo.

b. O activo está inversamente relacionado ao passivo.

c. O património líquido está diretamente relacionado ao activo.

UNIDADE TEMÁTICA 4.3. Demonstração de Resultados

Introdução

Nesta Unidade você identificará os valores do lucro ou prejuízo, primeiramente verá os conceitos sobre a demonstração do resultado do exercício, em seguida as formas de como apurar a receita líquida, o lucro operacional bruto, o lucro operacional líquido, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, o lucro após o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e a apuração do lucro líquido.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos Específicos

- Conhecer a estrutura e apresentação das demonstrações de resultados do exercício;
- Saber como esta composta os principais grupos de contas da DRE;

4.3.1. Conceito

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma demonstração dinâmica e de preparação obrigatória pelas empresas. As receitas e as despesas constantes da conta Apuração do resultado do exercício são apresentadas na DRE de forma resumida, padronizada e estruturada, permitindo que os usuários das informações contábeis compreendam o resultado das actividades – Lucro líquido do exercício ou Prejuízo do exercício – apurado pela empresa no exercício social findo.

A DRE relaciona todas as receitas auferidas e as despesas incorridas em determinado ano, independentemente de terem sido recebidas ou pagas. Portanto, a DRE deve incluir as receitas e despesas em obediência ao Princípio da Competência.

4.3.2. Estrutura e apresentação

A DRE obedece a um formato de relatório vertical que se inicia apresentando toda a receita de suas operações obtida no período (“receita operacional bruta”, que é a receita obtida de suas vendas, seja de produtos, mercadorias ou serviços), para depois: retirar tudo o que não se concretizou verdadeiramente como receita; retirar os custos incorridos; e retirar as despesas operacionais incorridas, ou somar as receitas operacionais e as receitas financeiras, se houver; retirar o

imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

Como resultado será obtido lucro ou prejuízo e, havendo lucro, poderão ainda ser separadas deste as diversas participações nos lucros, se houver previsão para tais participações.

A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- a) A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- b) A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- c) As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- d) O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- e) O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- f) As participações de debentures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- g) O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) As receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
- b) Os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Aços Planos S/A		
Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31/12/X2 e 31/12/X1		
	31/12/X2	31/12/X1
Receita Bruta de Vendas e Serviços		
(-) Deduções de vendas		
. Devolução de vendas		
. Tributos incidentes sobre vendas e serviços		
. Abatimentos		
. Descontos incondicionais		
Receita Líquida de Vendas e Serviços		
(-) Custo das Mercadorias (ou Produtos) Vendidas e dos Serviços Prestados		
Resultado Bruto (Lucro Bruto ou Prejuízo Bruto)		
(-/+ Despesas/Receitas Operacionais		
. Despesas Gerais e Administrativas		
. Despesas de Vendas (ou Comerciais)		
. Despesas/ Receitas Financeiras		
. Outras despesas e receitas operacionais		
Resultado Operacional		
(-) Outras despesas		
(+) Outras receitas		
Resultado antes do Imposto de Renda, CSLL e das Participações		
(-/+ Imposto de Renda		
(-/+ Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
(-) Participações no lucro		
(=) Lucro Líquido do Exercício ou Prejuízo do Exercício		
<i>(Lucro Líquido/ Prejuízo do exercício por ação do Capital Social)</i>		

Figura #: Estrutura e apresentação demonstração do resultado do exercício

4.3.2. Composição dos principais grupos de contas da DRE

- 1. Receita bruta de vendas e serviços:** Corresponde à receita oriunda das actividades principais (cotidianas) da empresa (venda de mercadorias, de produtos ou de prestação de serviços), ou seja, aquela advinda da realização do seu objecto social. O valor informado é bruto por incluir os tributos incidentes sobre as vendas, as devoluções de vendas, os abatimentos e os descontos incondicionais concedidos.
- 2. Deduções de vendas e serviços:** Correspondem aos impostos incidentes sobre as vendas, as devoluções de vendas, os abatimentos e descontos incondicionais concedidos. Esses valores não entram no “caixa” da empresa (devoluções de vendas, abatimentos e descontos incondicionais concedidos) ou, depois de recebidos, são destinados ao governo (impostos incidentes sobre vendas e serviços).

3. **Receita líquida de vendas e serviços:** Corresponde à Receita bruta de vendas e serviços deduzida das deduções de vendas e serviços.
4. **Custo das mercadorias vendidas (CMV):** Corresponde aos valores das compras líquidas das mercadorias adquiridas para revenda, baixadas do estoque quando de sua venda.
5. **Custo dos produtos vendidos (CPV):** Corresponde aos valores dos produtos transformados pelas indústrias, baixados do estoque quando de sua venda. Os valores dos produtos incluem todos os gastos incorridos no sistema produtivo: matéria-prima, insumos, depreciação das máquinas, mão-de-obra (salários e encargos sociais dos empregados envolvidos na produção); contas de água, energia elétrica; seguro da fábrica; etc.
6. **Custo do serviço prestado (CSP):** Corresponde aos gastos incorridos pela empresa que se relacionam com a prestação dos serviços, tais como gastos com salários e encargos sociais dos empregados envolvidos na prestação dos serviços.
7. **Resultado (lucro ou prejuízo) bruto:** Corresponde à Receita líquida de vendas e serviços deduzida do CMV/CPV/CSP. Também pode ser denominado “Resultado com mercadorias” (RCM).
8. **Despesas gerais e administrativas:** Correspondem aos gastos incorridos nas actividades de direcção ou gestão da empresa, tais como: salários e encargos sociais dos setores de recursos humanos, contabilidade, jurídico, tesouraria; seguro da sede; contas de água e energia elétrica da sede; etc.
9. **Despesas de vendas (ou comerciais):** Correspondem aos gastos incorridos nas actividades de promoção, venda e entrega de mercadorias. São os gastos incorridos nos esforços de venda das mercadorias, tais como: salários, comissões e encargos sociais dos vendedores; despesa de manutenção e de depreciação dos veículos da empresa utilizados pelos vendedores; gastos com marketing, publicidade e propaganda; despesa com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; etc.
10. **Receitas financeiras:** Correspondem ao resultado financeiro da empresa.
11. **Despesas financeiras:** juros de empréstimos e financiamentos bancários; variação cambial e monetária passivas; descontos condicionais concedidos; juros de mora pagos; juros passivos; despesas e taxas bancárias; etc.

- 12. Receitas financeiras:** juros de mora recebidos; rendimento de aplicação financeira; variação cambial e monetária activas; descontos obtidos; juros activos; etc.
- 13. Outras despesas e Outras receitas:** Correspondem, principalmente, às despesas e às receitas advindas da alienação ou baixa dos activos não circulantes investimento, imobilizado e intangível.
- 14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido:** Despesas e, em casos especiais, receitas, oriundas do cálculo desses impostos que incidem sobre o lucro das empresas.
- 15. Participações no lucro:** Corresponde a gastos incorridos com a remuneração de terceiros, não vinculadas ao investimento dos sócios, calculada com base no lucro auferido pela empresa. Os participantes no resultado são: empregados, administradores, partes beneficiárias e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.

Sumário

A demonstração dos resultados é composta pelos rendimentos, pelos gastos e pelos resultados. Numa primeira fase, apura-se o resultado da diferença entre rendimentos e gastos antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos, conhecidos por resultados operacionais. Os resultados líquidos do período (lucro ou prejuízo), é sempre inscrito no fim depois de apresentados os rendimentos e os gastos.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. A Demonstração do Resultado do Exercício deverá conter algumas rubricas, obedecidas também a determinações legais. Assinale a alternativa abaixo que não integra essa Demonstração Contábil.
- a. Receitas.
 - b. Custo dos Produtos Vendidos, das Mercadorias Vendidas ou dos Serviços Prestados.
 - c. Ajustes de Exercícios Anteriores.

2. Na DRE, juros passivos, honorários da directória e despesa de equivalência patrimonial são, respectivamente, despesas:

- a. Financeiras, comerciais e administrativas;
- b. Comerciais, financeiras e outras despesas operacionais;
- c. Financeiras, administrativas e outras despesas operacionais;

3. Se uma entidade obtiver receitas provenientes de vendas de mercadorias, de serviços e de produtos de sua fabricação, ela deverá elaborar uma demonstração de resultados distinta para cada actividade?

- a. Certo.
- b. Errado.

4. A DRE deve evidenciar o lucro ou o prejuízo do exercício e seu montante por ação do capital social.

- a. Certo.
- b. Errado.

5. Na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade, as comissões e despesas bancárias cobradas pelos bancos nas operações de desconto, de concessão de crédito e de comissões em repasses, devem ser contabilizadas como

- a. Despesas operacionais.
- b. Despesas financeiras.
- c. Retificadores da receita operacional.

6. A DRE contém a discriminação das participações estatutárias de administradores, empregados e partes beneficiárias, sucessivamente e nessa ordem.

- a. Certo.
- b. Errado.

7. Na composição dos principais grupos de contas da DRE, podemos considerar a receita bruta de vendas e serviços como:

- a. Receita oriunda das actividades principais.

b. Receita oriunda de deduções de vendas e serviços.

c. Valores dos produtos transformados pelas indústrias.

8. Assinale a opção que indica o que é evidenciado pela demonstração do resultado do exercício.

a. A riqueza gerada pela entidade e pertencente à sociedade.

b. A riqueza gerada pela entidade e pertencente ao accionista.

c. As aplicações e as origens dos recursos da entidade.

9. As contas listadas a seguir podem ser classificadas como receitas financeiras na elaboração da demonstração do resultado do exercício, à exceção de uma. Assinale-a.

a. Prémio de resgate de títulos.

b. Receitas sobre outros investimentos temporários.

c. Receita com equivalência patrimonial.

10. Para fins de elaboração da demonstração do resultado do exercício, a receita de venda é contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios das mercadorias, dos produtos e dos serviços fornecidos pela entidade.

a. Certo.

b. Errado.

UNIDADE TEMÁTICA 4.4. Demonstração de fluco de caixa

Introdução

O fluxo de caixa é um instrumento de planeamento financeiro que tem por finalidade fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo a frente. A necessidade de planeamento de caixa esta presente tanto nas empresas com dificuldades financeiras, como naquelas bem capitalizadas.

Na gestão empresarial existem algumas variáveis que devem ser levadas em consideração, administração, o sector de vendas, análise do mercado, produção, enfim, a execução dessas actividades vai resultar em um processo que passa pela área financeira, no qual esta recebe e

envia valores monetários, por tanto, tornando a gestão financeira muito importante para as empresas.

Ao completar esta unidade, você deverá ser capaz de:



Objectivos específicos

- Conhecer os objectivos do fluxo de caixa;
- Compreender a classificação das movimentações de caixa por actividade;
- Saber distinguir os métodos de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

4.4.1. Conceito de fluxo de caixa

Fluxo de caixa é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas variáveis actividades desenvolvidas, onde as actividades das empresas dividem-se em operacionais, de investimento e de financiamento.

O fluxo de caixa utiliza as seguintes contas: caixa, banco, aplicações financeiras de resgate imediato da empresa, ou seja, consiste no fluxo do disponível. O fluxo de caixa como é um instrumento que relaciona o futuro conjunto de ingressos e de desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período.

4.4.2. Objectivo do Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa tem por objectivo informar a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros a curto prazo.

O principal objectivo do fluxo de caixa é dar uma visão das actividades desenvolvidas, bem como as operações financeiras que são realizadas diariamente, no grupo do activo circulante, dentro das disponibilidades, e que representam o grau de liquidez da empresa. Alguns objectivos básicos do fluxo de caixa são:

- Permitir o planeamento dos desembolsos de acordo com as disponibilidades de caixa, evitando-se o acumulo de compromisso vultosos em época de pouco encaixe;
- Analisar a viabilidade de serem comprometidos os recursos da empresa;
- Participar e integrar todas as actividades da empresa, facilitando assim os controles financeiros;
- Desenvolver o uso eficiente e racional do disponível;
- Verificar a possibilidade de aplicar possíveis excedentes de caixa; e

- Programar os ingressos e os desembolsos de caixa, de forma criteriosa, permitindo determinar o período em que devera ocorrer carência de recursos e o montante, havendo tempo suficiente para as medidas necessárias.

O fluxo de caixa é um instrumento indispensável para a gestão da empresa, os recursos financeiros tem que ser bem gerenciados para a tomada de decisão. Deve-se salientar que os principais fatores que determinam o fluxo de caixa são: o prazo de cobertura, sua utilização e a disponibilidade de recursos humanos e materiais a serem alocados a sua implicação e operação.

O prazo de cobertura é o saldo de caixa projectado para um determinado tempo. E pode ser classificado de curto, medio e longo prazo. O foco principal deste trabalho é o prazo de cobertura de longo prazo, o qual tem prazo superior a um ano.

4.4.3. Conceito de Equivalente de Caixa

Como já foi dito anteriormente o conceito de caixa abrange todo disponível, podendo ser incluído também os investimentos chamados de equivalente de caixa.

São os investimentos de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de dinheiro e que apresentam risco insignificante de alteração de valor, alguns exemplos de equivalente de caixa como a conta caixa, depósitos bancários á vista, numerários em trânsito e aplicações de liquidez imediata.

Investimentos de caracter especulativo, de obter lucros anormais com as tais aplicações, mas apenas o de assegurar a estas sobras temporárias a remuneração correspondente ao preço do dinheiro no mercado. Portanto equivalente de caixa serve como forma de remunerar as actividades operacionais, também como meio de pagamento das obrigações e como forma de reserva para futuros desembolsos.

4.4.4. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

A demonstração de fluxo de caixa já comprovou ser de extrema utilidade para diversos fins, dada sua simplicidade e abrangência, principalmente no que diz respeito aos aspectos financeiros que envolvem o dia-a-dia da entidade.

A DFC, demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultante desse fluxo.

O interesse dos usuários pela demonstração do fluxo de caixa vem aumentando, pois este interesse é “atribuído à maior facilidade de entendimento das informações que enfocam o caixa e a sua objectividade”. Vale ressaltar que a DFC apresenta-se pelo regime de caixa, enquanto as demais demonstrações contábeis são apresentadas respeitando o princípio da competência.

Para melhor entendimento sobre este regime de caixa e competência.

Escolhe-se como ponto normal de reconhecimento da receita aquele em que produtos ou serviços são transferidos ao cliente e não, propriamente, o ponto em que dinheiro é recebido por esta transferência (dai os nomes genéricos, quando nos referimos à receita e despesa, de regime da competência como oposto ao regime de caixa).

Quando considerados, na apuração dos resultados do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos efectuados, temos o chamado regime de caixa e quando registra, como resultado de exercício, o que é de sua competência, sem considerar se foram pagos ou recebidos, fica configurado o chamado regime de competência.

A DFC é um importante instrumento de gestão, pois mostra a necessidade de caixa da empresa, evidencia o confronto entre as entradas e saídas da caixa, se ocorrem sobras ou faltas de dinheiro, permitindo a administração da empresa decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplica-los.

4.4.5. Objetivos da demonstração do fluxo de caixa

A gestão dos recursos financeiros de uma empresa esta relacionado diretamente com a DFC, pois a movimentação financeira transita na estrutura da DFC, tornando-se um instrumento importante na análise da situação financeira das empresas.

O objectivo primário da DFC é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

Os principais objectivos da DFC:

- Avaliar alternativas de investimento;
- Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários;
- Avaliar as situações presentes e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situação de liquidez; e
- Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.
- A capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;

- A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa;
- A taxa de conversão de lucro em caixa;
- A performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transacções e eventos;
- O grau de precisão das estimativas passadas de fluxo de caixa; e
- Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transacções de investimento e de financiamento etc.

Para um melhor entendimento a informação contida na DFC tem que ser analisadas em conjunto com as demais demonstrações contábeis, tomando uma base segura para a tomada de decisão dos usuários.

Para o cumprimento do objectivo da DFC deve atender os seguintes requisitos:

- Evidenciar o efeito periódico das transacções da caixa segregadas por actividades operacionais, actividades de investimento e actividade de financiamento, nesta ordem;
- Evidenciar separadamente, em notas explicativas que façam referencia a DFC, as transacções de investimento e financiamento que afectam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam directamente os fluxos de caixa do período;
- Reconciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas actividades operacionais.

Pode-se afirmar que o fluxo de caixa é um instrumento de controlo e análise financeira que juntamente com as demais demonstrações contábeis torna-se efectivamente um instrumento de apoio a tomada de decisões de carácter financeiro, auxiliando num melhor desempenho financeiro das empresas.

4.4.6. Classificação das movimentações de caixa por actividade

1. Actividades operacionais

As actividades operacionais estão relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como actividades de investimento e financiamento”, contudo, as principais movimentações que afetam as atividades operacionais são:

Entradas

Fazem parte das entradas das actividades operacionais os seguintes:

- a) Recebimentos pela venda de produtos e serviços a vista, ou das duplicatas correspondentes no caso de vendas a prazo. Incluem também os recebimentos decorrentes dos descontos das duplicatas emitidas contra as vendas a prazo efectuadas, de curto ou longo prazo, em bancos;
- b) Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos e sobre aplicações financeiras em outras actividades;
- c) Recebimento de dividendos pela participação no património de outras empresas;
- d) Qualquer outro recebimento que não se origine de transações definidas como actividades de investimento ou financiamento, como: recebimentos decorrentes de sentenças judiciais; indemnizações por sinistros, exceto aquelas directamente relacionadas a actividades de investimento ou financiamento, como o sinistro em uma edificação, por exemplo; e reembolso de fornecedores.

Saídas:

- a) Pagamentos a fornecedores referentes ao suprimento da matéria-prima para a produção ou de bens para revenda. Se compra a prazo, pagamento dos principal dos títulos de curto e longo prazos a que se refere a compra;
- b) Pagamentos aos fornecedores de outros insumos de produção, incluídos os serviços prestados por terceiros;
- c) Pagamentos aos governos estadual e municipal, referentes a impostos, multas, alfândegas e outros impostos e taxas;
- d) Pagamento dos juros (despesas financeiras) dos financiamentos (comerciais e bancários) obtidos.

2. Actividades de Investimento

As actividades de investimento trata dos recebimentos e pagamentos que afectam as actividades de investimento, o mesmo autor expõe as principais operações que afetam as actividades de investimento:

- Aplicações financeiras (com prazo de vencimento maior que três meses);
- Empréstimos concedidos;
- Participações em controlada/coligadas;
- Participações em outras empresas;
- Terrenos;

- Obras civis;
- Moveis – utensílios – instalações;
- Maquinas – ferramentas – equipamentos;
- Veículos de uso;
- Equipamentos de processamento de dados;
- Software/aplicativos de informática;

3. Actividades de Financiamento

O que se refere as actividades de financiamento, destaca-se as principais operações:

Entradas:

- a) Recebimentos provenientes da emissão de acções;
- b) Rendimentos provenientes da emissão de dívida (curto e longo prazo)
- c) Doações recebidas em dinheiro por instituições sem fins lucrativos com fins de serem mantidas em longo prazo.

Saídas:

- a) Pagamento de dividendos;
- b) Recompra de acções da companhia;
- c) Reembolso de principal de dívidas, incluindo *leasing* de capital.

4.4.7. Métodos de elaboração da demonstração do fluxo de caixa

A movimentação das disponibilidades de uma empresa em um determinado período esta estruturado na DFC através dos fluxos de caixa das actividades operacionais, investimento e financiamento.

Podem ser expostas as informações da DFC de uma empresa por dois métodos o directo e o indirecto.

4.4.7.1. Método directo

Este método consiste em classificar os recebimentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas, ou seja, gera informações com critérios técnicos.

Pelo método directo estrutura-se a DFC a partir das movimentações efectivadas financeiramente e constantes nos relatórios contábeis do caixa e equivalente de caixa.

O método directo explica as entradas e saídas brutas dos principais componentes das actividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos de fornecedores e empregados.

Fluxo de caixa das actividades operacionais	
Recebimento de clientes	xx
Dividendos recebidos	xx
Juros recebidos	xx
Recebimentos por reembolso de seguros	xx
Recebimentos de lucros de subsidiarias	xx
Pagamentos a fornecedores	(xx)
Pagamentos de salários e encargos	(xx)
Imposto de renda pago	(xx)
Juros pagos	(xx)
Outros recebimentos ou pagamentos líquidos	xx
Caixa liquido das actividades operacionais	xx
Fluxo de caixa das actividades de investimento	
Alienação de imobilizado	xx
Alienação de investimentos	xx
Aquisição de imobilizado	(xx)
Aquisição de investimento	(xx)
Caixa liquido das actividades de investimento	xx
Fluxo de caixa das actividades de financiamento	
Integralização de capital	xx
Juros recebidos de empréstimos	xx
Empréstimos tomados	xx
Aumento do capital social	xx
Pagamento de leasing (principal)	(xx)
Pagamentos de lucros e dividendos	(xx)
Juros pagos por empréstimos	(xx)
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(xx)
Caixa liquido das actividades de financiamento	xx
Aumento ou redução de caixa liquido	xx
Saldo de caixa – Inicial	xx
Saldo de caixa – Final	xx

Tabela # – Demonstração do fluxo de caixa – Método directo

Como se verifica, a demonstração pelo método directo facilita ao usuário avaliar a solvência da empresa, pois evidencia toda a movimentação dos recursos financeiros, as origens dos recursos de caixa e onde eles foram aplicados.

4.4.7.2. Método indirecto

O método indirecto consiste em estender a análise dos itens não-circulantes as alterações ocorridas nos itens circulantes, excluindo, as

Fluxo de caixa das actividades operacionais	
Resultado líquido	XX
(±) Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa	XX
(+) Depreciação e amortização	XX
(+) Provisão para devedores duvidosos	XX
(±) Resultado na venda do imobilizado	XX
(±) Aumento ou diminuição do contas a receber	XX
(±) Aumento ou diminuição de estoques	XX
(±) Aumento ou diminuição de despesas antecipadas	XX
(±) Aumento ou diminuição de passivos	XX
(±) Aumento ou diminuição de outros ajustes	XX
(=) Caixa líquido das actividades operacionais	XX
Fluxo de caixa das actividades de investimento	
(+) Alienação de imobilizado	XX
(+) Alienação de investimentos	XX
(-) Aquisição de imobilizado	XX
(-) Aquisição de investimentos	XX
(=) Caixa líquido das actividades de investimentos	XX
Fluxo de caixa de actividades de financiamento	
(+) Integralização de capital	XX
(+) Juros recebidos de empréstimos	XX
(+) Empréstimos tomados	XX
(+) Aumento do capital social	XX
(-) Pagamento de leasing (principal)	XX
(-) Pagamentos de lucros e dividendos	XX
(-) Juros pagos por empréstimos	XX
(-) Pagamentos de empréstimos/debentures	XX
(=) Caixa líquido das actividades de financiamento	XX
(=) Aumento ou redução de caixa líquido	XX

disponibilidades, cuja variação se esta buscando demonstrar. Ainda completamente que por este método, são efectuados ajustes ao lucro líquido pelo valor das operações consideradas como receita e despesas, mas que, não afetaram as disponibilidades, de forma que se possa demonstrar a sua variação no período.

O método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso, é também chamado de método de reconciliação.

Tabela # – Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto

Sumário

A demonstração de fluxo de caixa já comprovou ser de extrema utilidade para diversos fins, dada sua simplicidade e abrangência, principalmente no que diz respeito aos aspectos financeiros que envolvem o dia-a-dia da entidade. A DFC é um importante instrumento de gestão, pois mostra a necessidade de caixa da empresa, evidencia o confronto entre as entradas e saídas da caixa, se ocorrem sobras ou faltas de dinheiro, permitindo a administração da empresa decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplica-los. O objectivo primário da DFC é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período. A movimentação das disponibilidades de uma empresa em um determinado período esta estruturado na DFC através dos fluxos de caixa das actividades operacionais, investimento e financiamento pelos métodos directos de indirectos.

Exercícios de AUTO-AVALIAÇÃO

1. Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma empresa pelo método indirecto, um item que deve ser reduzido do Lucro Líquido do Exercício para apurar o fluxo de caixa das actividades operacionais é:
 - a. O resultado positivo de equivalência patrimonial.
 - b. O resultado negativo com a venda de imobilizado.
 - c. A variação negativa do saldo da conta Clientes.

2. São três exemplos que têm efeito positivo no fluxo de caixa operacional da DFC:
 - a. Receita de equivalência patrimonial; receita com venda de participações societária; adiantamento para futuro aumento de capital.
 - b. Recebimento de juros sobre capital próprio; desembolso para adiantamento a fornecedores; resgate de aplicações financeiras.
 - c. Redução do saldo da conta de clientes; compra de fornecedores a prazo; recebimento de adiantamento de clientes.

3. Considerando que a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) apresenta informações relevantes sobre a capacidade das entidades na geração de caixa, assinale a opção correta.
 - a. Compõem o fluxo de actividades de investimento os recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários e comissões, que não entram na apuração do lucro líquido da entidade.

b. O fluxo de caixa de uma entidade é representado pelo cálculo de entradas de caixa ou equivalentes de caixa em determinado espaço de tempo.

c. O valor da venda de activos de longo prazo não incluídos nos equivalentes de caixa deve ser classificado na DFC como fluxo das actividades de investimento.

4. Assinale a opção que apresenta uma característica da demonstração de fluxos de caixa elaborada segundo o método indirecto.

a. O lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros.

b. As informações acerca das transações de investimento e financiamento que tenham sido realizadas sem a utilização de caixa ou equivalentes de caixa são divulgadas com a adopção desse método.

c. O método mencionado permite, alternativamente, que as informações relacionadas às actividades operacionais possam ser obtidas dos registos contábeis da entidade.

5. Para efeito de levantamento da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

a. Saldos de contas bancárias, ainda que negativos.

b. Aplicações de renda fixa, em moeda corrente, com resgate imediato.

c. Disponibilidades em moeda estrangeira de alta volatilidade.

6. Correspondem, respectivamente, a uma operação de ingresso e de desembolso do Fluxo de Caixa das actividades operacionais da demonstração dos fluxos de caixas:

a. Alienação de bens; concessão de empréstimos e financiamentos.

b. Transferências correntes recebidas; despesas correntes com pessoal e encargos sociais.

c. Operações de crédito; transferências financeiras concedidas.

7. O resultado líquido do exercício pode ser considerada na demonstração de fluxo de caixa como:

a. Actividade de investimento.

b. Actividade operacional.

c. Actividade de Financiamento

8. A análise da DFC de uma entidade proporciona aos seus usuários uma base acerca da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, nos diferentes fluxos que a compõem.

- a. Certo.
- b. Errado.

9. No fluxo de caixa pelo método indirecto, as variações positivas (negativas) do activo circulante aumentam (reduzem) o caixa e as variações positivas (negativas) do passivo circulante reduzem (aumentam) o caixa.

- a. Certo.
- b. Errado.

Exercícios do TEMA

1. A propósito da consolidação das demonstrações contábeis, é correcto afirmar que:

a. As demonstrações das entidades devem ser levantadas à mesma data ou em datas próximas, divulgando-se os efeitos dos eventos relevantes ocorridos entre essas datas.

b. Os ajustes decorrentes do processo de consolidação devem ser lançados na escrituração de cada entidade que forma a unidade contábil.

c. A unidade contábil consolidada é o somatório dos saldos das contas das transacções entre duas ou mais entidades do Setor Público.

2. Para serem úteis na tomada de decisão dos usuários, as demonstrações contábeis devem conter informações relevantes e representar fidedignamente a realidade da entidade, de modo que possuam os atributos de completude, neutralidade e livre de erro.

- a. Certo.
- b. Errado.

3. As informações contidas nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral auxiliam os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimar o valor da entidade a que se referem as informações.

- a. Certo.
- b. Errado.

4. As Demonstrações Contábeis também objetivam:

- a. Mostrar o desempenho financeiro da entidade perante os seus sócios.
- b. Apresentar as entradas e saídas de valores de caixa durante um exercício.
- c. Apresentar os resultados da actuação da Administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados.

5. Um princípio aplicável a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas de companhias abertas consiste em

- a. Eliminar integralmente os resultados decorrentes de transacções entre entidades do grupo que envolvam a venda de activos, até a sua realização final pelo grupo como um todo.
- b. Considerar o património da controladora e de suas controladas e coligadas como se esse património pertencesse a uma única entidade.
- c. Utilizar políticas contábeis não uniformes que respeitem as diferenças entre os setores económicos a que pertençam as entidades que estejam sendo objeto de consolidação.

6. Um registo de débito na contabilidade de uma empresa tem o efeito de

- a. Aumentar os activos e reduzir os passivos.
- b. Aumentar tanto os activos como os passivos.
- c. Reduzir tanto os activos como os passivos.

7. Um registo de débito na contabilidade de uma instituição financeira tem o efeito de

- a. Aumentar os activos e reduzir os passivos.
- b. Reduzir os activos e aumentar os passivos.
- c. Reduzir tanto os activos como os passivos.

8. Assinale a opção que indica um ativo que pode ser avaliado a valor justo no balanço patrimonial de uma empresa.

- a. Estoque adquirido de terceiros.

b. Participação permanente no capital social de outra sociedade.

c. Terreno mantido para valorização.

9. Adiantamentos recebidos de clientes, ajustes de avaliação patrimonial, despesas antecipadas, obrigações em moeda estrangeira e acções em tesouraria são itens que devem ser classificados, respectivamente, como?

a. Passivo, património líquido, activo, passivo e património líquido.

b. Activo, receita operacional, despesa operacional, passivo e património líquido.

c. Activo, património líquido, activo, passivo e activo.

10. A cada encerramento de exercício as empresas emitem suas demonstrações contábeis. Acerca do Balanço Patrimonial, assinale a opção correcta.

a. Demonstra local, data, conta devedora, conta credora, histórico e valor dos lançamentos contábeis.

b. É a demonstração que evidencia o património de uma empresa de forma quantitativa e qualitativa.

c. Indica a formação e a utilização do capital social e das reservas da empresa.

Exercícios do MÓDULO

1. O princípio da prudência recomenda que activos e receitas sejam superestimados e que passivos e despesas sejam subestimados.

a. Certo.

b. Errado.

2. As vendas anuladas e os descontos incondicionais concedidos devem ser abatidos da receita operacional bruta de vendas para cálculo da receita operacional líquida, nos termos da legislação societária vigente.

a. Certo.

b. Errado.

3. Determinada informação contábil que respeite as normas técnicas vigentes estará de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ainda que sua publicação ocorra de maneira intempestiva.

a. Certo.

b. Errado.

4. O princípio da oportunidade refere-se exclusivamente à tempestividade do registro do patrimônio e suas mutações.

a. Certo.

b. Errado.

5. O ISCED elaborou sua Demonstração do Resultado do Exercício pelo método da natureza da despesa.

Assinale a opção que contém apenas as contas classificadas de acordo com esse método.

a. Despesa de Depreciação e Consumo de Matéria-prima.

b. Despesa de Vendas e Despesas Administrativas.

c. Despesa com Benefícios a Empregados e Despesas Comerciais.

6. Entre os princípios orçamentários, existe um que determina a preparação de único orçamento para cada um dos entes da federação, objetivando, nesse caso, múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. O texto trata do princípio da

a. Universalidade.

b. Localidade.

c. Unidade ou totalidade.

7. A falta de integridade e tempestividade na geração e divulgação da informação contábil-financeira pode dificultar ou mesmo impedir a tomada de decisão pelo usuário da informação, criando um trade-off entre o tempo e a fidedignidade dessa informação. Nesse caso, o princípio fundamental contábil relacionado ao trade-off é o princípio da:

a. Universalidade.

b. Oportunidade.

c. Localidade.

8. A demonstração do resultado do exercício deve ser elaborada em observância ao princípio da competência.

a. Certo.

b. Errado.

9. A Demonstração do Resultado Abrangente deve apresentar o total do resultado do período, o total de outros resultados abrangentes e o

resultado abrangente do período, sendo este o total do resultado e de outros resultados abrangentes.

a. Certo.

b. Errado.

10. Sobre a Demonstração do Resultado, é correto afirmar que:

a. Evidenciará, observado o princípio da continuidade, a formação dos vários níveis de resultados, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

b. Evidenciará, observado o princípio da competência, a formação dos vários níveis de resultados, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

c. Destacará o lucro ou o prejuízo acumulado devidamente deduzido do imposto de renda.

11. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, pelo método indirecto, correspondem a ajustes do resultado líquido apurado no período:

a. Os passivos convertidos em aumento de capital e ganhos/perdas com a venda de imobilizado.

b. A depreciação do período e os resultados de equivalência patrimonial.

c. A reversão de PCLD e o resultado de equivalência patrimonial.

12. Para fins de levantamento da demonstração dos fluxos de caixa, constitui exemplo de fluxo de caixa originado das actividades operacionais o recebimento:

a. Por conta de honorários e comissões.

b. Pela venda de item integrante do imobilizado de uso.

c. Pela venda de instrumentos patrimoniais ou de dívida.

13. O aumento do capital social, que se inclui entre as mudanças na composição do capital próprio da empresa, é uma entrada de caixa que deve ser apresentada na DFC como fluxo das actividades de investimento.

a. Certo.

b. Errado.

14. Não é uma transacção que gera movimentação na demonstração dos fluxos de caixa:

a. Aquisição de materiais para venda.

b. Vendas de mercadorias à vista.

c. Permuta total de imóveis.

15. As transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

a. Certo.

b. Errado.

16. A contabilidade constitui um dos conhecimentos mais antigos de que se tem notícia. Esta ciência surgiu da necessidade de?

a. Controlo das posses e riquezas dos outros.

b. Controlo do património

c. Contagem das ovelhas que detinham no tempo.

17. Das afirmações que se seguem o que constitui conceito de contabilidade?

a. A Contabilidade é o instrumento que fornece informações inúteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.

b. A Contabilidade é uma ciência aplicada que através de sua metodologia permite registrar, resumir, demonstrar e interpretar os factos particulares.

c. A contabilidade é a ciência do património.

18. O objecto de estudo da contabilidade é?

a. O património das entidades.

b. O conjunto de bens e direitos das obrigações deixando de lado as obrigações.

c. O conjunto de bens e obrigações não incluindo os direitos.

19. Assinale a opção correta relativamente ao princípio do registro pelo valor original.

a. Uma vez integrados ao património, os componentes patrimoniais ativos e passivos devem ser mantidos pelo seu custo histórico.

b. Quando da integração dos activos ao património da entidade, estes devem ser registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que forem entregues para adquiri-los na data da aquisição.

c. Descontando-se o fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade, chega-se ao valor justo.

20. Dos usuários da contabilidade os investidores são?

a. Aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável.

b. Aqueles que emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento.

c. Aqueles que querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas

21. Da finalidade da contabilidade, o Controlo é?

a. O processo pelo qual a alta administração e os sócios da entidade decidem quais acções serão tomadas para o futuro, considerando um segmento ou toda a empresa.

b. O processo pelo qual a alta administração verifica se as diretrizes e políticas por ela definidas e ou pelos sócios da entidade estão sendo seguidas.

c. O processo pelo qual a alta os investidores da entidade decidem quais acções serão tomadas para o futuro, considerando um segmento ou toda a empresa.

22. Se um profissional da contabilidade empreender actividade profissional diversa, haverá conflito de interesse com ameaça aos princípios éticos somente quando a outra actividade por ele exercida requerer habilidades contábeis ou relacionadas a questão particular sob seu exame.

a. Certo

b. Errado

23. Os usuários da contabilidade podem ser divididos em internos e externos, em que os externos são?

a. Pessoas externas à entidade, como é o caso do gestor e do director.

b. Pessoas externas a empresa que utilizam as demonstrações financeiras para saber o estado financeiro da empresa e mais nada.

c. Pessoas que utilizam as informações contábeis para o processo decisório.

24. Pode-se dizer que o campo de aplicação da contabilidade abrange apenas as pessoas físicas, inclusive órgãos públicos e empresas sem finalidade lucrativa.

a. Certo

b. Errado

25. A contabilidade desempenha funções administrativa, económica e jurídica.

a. Certo

b. Errado

26. Das afirmações que se seguem, qual constitui o conceito de escrituração?

a. A escrituração é o registro dos eventos que não alteram o património das entidades e que, devem, estudados e avaliados pela contabilidade devem ser registrados.

b. A escrituração é o registro dos eventos que alteram o património das entidades e que, conseqüentemente, são captados, estudados e avaliados pela contabilidade devem ser registrados.

c. A escrituração é o registro em livros (impressos ou eletrónicos) apropriados, revestidos de formalidades apenas intrínsecas.

27. As demonstrações financeiras têm como objectivo evidenciar a situação patrimonial e financeira de uma entidade.

a. Certo.

b. Errado.

28. Uma das técnicas contábeis da contabilidade é a auditoria, como funcionam os procedimentos de auditoria na contabilidade?

a. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

b. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas mais ou menos suficientes para fundamentar sua opinião sobre o balanço.

c. Os procedimentos de auditoria tem por objectivo a emissão de parecer sobre a adequação da demonstração de fluxo de caixa, consoante os princípios de contabilidade e a legislação societária.

29. Em que consiste a análise das demonstrações financeiras?

a. Consiste na implicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação económica, financeira e patrimonial.

b. Consiste na análise do balanço de uma entidade permite avaliar o seu prazo médio de recebimento, nível de endividamento, necessidade de capital de giro, liquidez.

c. Consiste na aplicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação económica, financeira e patrimonial.

30. A escrituração é o registro dos eventos que não alteram o património das entidades e que, devem, estudados e avaliados pela contabilidade devem ser registrados.

a. Certo.

b. Errado.

6. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

a. Certo.

b. Errado.

31. Análise das demonstrações contábeis é uma função que tem como metodologia comparar receita, lucro ou património líquido em um mesmo período para informar ao sistema sua evolução contábil.

a. Certo.

b. Errado.

32. O que constitui o Património?

a. O património é um conjunto de bens, direitos e dividas a receber.

b. O património é um conjunto de bens, direitos e obrigações.

c. O património é um conjunto de obrigações e direitos.

33. A representação gráfica do Patrimônio é o Balanço Patrimonial, no qual são registrados os bens, direitos e dividas a receber de uma entidade.

a. Certo

b. Errado

34. Qual é o conceito do activo?

a. Activo é um conjunto de bens e direitos controlados pela entidade.

b. Activo é um conjunto de bens e obrigações controlados pela entidade.

c. Activo é um conjunto de direitos e obrigações controlados pela entidade.

35. Qual é a diferença existente entre o activo e passivo?

a. A diferença entre activo e passivo é que diferentemente do activo, o passivo versa tudo o que a empresa detém.

b. A diferença é que o activo compreende os bens e os direitos controlados pela entidade enquanto o passivo são todas as obrigações a pagar que a empresa possui.

c. A diferença é que o activo compreende as obrigações controlados pela entidade enquanto o passivo são todas os bens e os direitos a pagar que a empresa possui.

36. Um dos constituintes do activo são os bens, como podemos classificar os bens de consumo?

a. São bens suscetíveis de remoção sem dano em seu estado físico e de utilização.

b. Bens que não podem ser deslocados de seu lugar de origem (solo e subsolo) sem dano físico ou de utilização. São aqueles que se deslocados terão que ser total ou parcialmente danificados.

c. São adquiridos para utilização dentro da empresa, e que serão consumidos a curto prazo, geralmente dentro do próprio exercício em que foram adquiridos.

37. Conceitue os bens tangíveis?

a. Podemos considerar os bens tangíveis as marcas das empresas.

b. Os bens tangíveis são aqueles que não podemos senti-los.

c. Os bens tangíveis são aqueles que podemos tocar ou sentir.

38. Das afirmações que se seguem escolhe a qua constitui diferença entre os direitos e obrigações?

a. Os direitos constituem os bens da entidade que estão em poderes de terceiro enquanto as obrigações constituem os bens que estão em poder da entidade mas que são de terceiros.

b. Os direitos são dividas que a empresa tem a pagar terceiros e obrigações as dividas que a empresta tem a receber de terceiros.

c. Os direitos são compromissos para com terceiros devido ao consumo de recursos e as obrigações são os compromissos de terceiros para com a empresa.

39. O que pode constituir uma obrigação para as empresas?

a. Clientes.

b. Duplicatas a pagar.

c. Empréstimos concedidos.

40. Como se determina o património líquido de uma entidade?

a. Bens + Direitos – Obrigações.

b. Bens – Direitos – Obrigações.

c. Bens + Direitos + Obrigações.

41. Dentro do património podemos encontrar as origens de recursos e as aplicações de recursos, onde se originam os recursos e onde podemos aplicar?

a. Podemos obter uma origem de recursos através de uma dívida a um cliente.

b. Podemos obter uma origem de recursos através de um empréstimo bancário e aplicar a compra de uma máquina.

c. Podemos aplicar um recurso através de um empréstimo cujo obter-se material do fornecedor a prazo.

42. Se uma entidade adquirir, à vista, acções da própria entidade pelo valor de mercado, então, para a entidade essa operação representará um facto contábil

a. Misto aumentativo

b. Misto diminutivo

c. Modificativo diminutivo

43. A contratação de um novo empregado para uma empresa constitui um ato administrativo, visto que essa acção afecta o património da entidade.

a. Certo

b. Errado

44. A aquisição de equipamento em que parte do valor seja paga à vista e o restante, a prazo, sem encargos financeiros relevantes, constitui fato permutativo do património.

a. Certo

b. Errado

45. Por ocasião da venda de mercadorias, à vista ou a prazo, é necessária a baixa no estoque dos itens entregues ao cliente, evidenciando-se o sacrifício patrimonial realizado e representando-se um facto modificativo do património.

a. Certo

b. Errado

46. O pagamento em atraso de um boleto, juntamente com os encargos financeiros correspondentes, é exemplo de facto misto.

a. Certo

b. Errado

47. Contas podem ser criadas para registros quantitativos monetários ou não monetários, sendo essencial que expressem um facto patrimonial.

a. Certo

b. Errado

48. O pagamento adiantado de uma duplicata com desconto é considerado como um:

a. Facto misto aumentativo.

b. Facto permutativo.

c. Facto modificativo.

49. A compra a prazo de um veículo configura facto permutativo.

a. Certo

b. Errado

50. O aumento de capital social mediante entrega de dinheiro é facto permutativo, pois gera débito no activo e crédito no património líquido.

a. Certo

b. Errado

Bibliografia

- Marion, J. C. (2009) Contabilidade Básica. São Paulo. Atlas
- Padoveze, C. L. (2009) Manual de Contabilidade Básica. 7ª ed. São Paulo. Atlas.
- Silva, C. A. T. e Tristão, G. (2009) Contabilidade Básica. São Paulo. Atlas
- Almeida, M. C. (2010) Curso Básico de Contabilidade. São Paulo. Atlas
- Araújo, Adriana Maria. P.; Assaf Neto, Alexandre. (2004) Introdução à Contabilidade. São Paulo: Atlas
- Assaf. A. N. (2007) *Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*, 8.ed. São Paulo: atlas.
- Basso, Irani Paulo. (2001). *Contabilidade geral e básica*. 4.ed. ev. Ijuí:Unijui.
- Crepaldi, Silvio Aparecido. *Contabilidade Gerencial – Teoria e Prática* ed. Atlas. São Paulo, 1998.
- Marion, José Carlos. (2004) *Contabilidade básica*, 7ª. Edição, São Paulo: atlas.
- Marion, José Carlos. (2006). *Contabilidade Básica*. 8ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- Pêgas, Paulo Henrique. (2006). *Manual de Contabilidade Tributária*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora.